



UCSAL
**UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DO SALVADOR**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PLANEJAMENTO
AMBIENTAL
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO AMBIENTAL**

ARLINDA MARIA RODRIGUES DO CARMO

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO: UM CAMINHO PARA PROMOVER A
SUSTENTABILIDADE**

Salvador
2020

ARLINDA MARIA RODRIGUES DO CARMO

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO: UM CAMINHO PARA PROMOVER A
SUSTENTABILIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental, Universidade Católica do Salvador, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Planejamento Ambiental.

Orientadora: Profa. Dra. Kátia Regina Benati.

Salvador
2020

Ficha Catalográfica. UCSal. Sistema de Bibliotecas

C287 Carmo, Arlinda Maria Rodrigues do
Educação ambiental no projeto político pedagógico: um caminho para promover
a sustentabilidade / Arlinda Maria Rodrigues do Carmo . – Salvador, 2020.
81 f. il.

Orientadora: Profª. Dra. Kátia Regina Benati.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria
de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental.

1. Projeto Político Pedagógico 2. Educação Ambiental 3. Ensino Formal
4. Consumo Consciente I. Benati, Kátia Regina – Orientadora II. Universidade
Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação III. Título.

CDU 504:37

TERMO DE APROVAÇÃO

Arlinda Maria Rodrigues do Carmo

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO:
UM CAMINHO PARA PROMOVER A SUSTENTABILIDADE**

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre
no Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental.

Salvador, 27 de março de 2020.

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Katia Regina Benati
Orientadora - Universidade Católica de Salvador – UCSal



Prof. Dr. Marcelo Cesar Lima Peres
Membro Interno - Universidade Católica de Salvador – UCSal



Prof. Dr. Maria de Fátima Cardoso
Membro Externo - UNIJORGE

Dedico este trabalho a Deus, autor e consumidor da minha fé.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha querida e amada filha Anna Maria, um espírito adulto em um corpo de criança, que pôde compreender as minhas ausências e colaborar para a concretização dessa tarefa.

Agradeço e dedico essa dissertação ao grande amor da minha vida, minha querida e amada avó Arlinda Maria do Carmo (*in memoriam*), mulher guerreira, fruto da difícil luta construída no seu espaço de vivência “a região semiárida” que mesmo não tendo oportunidades de estudar, era exímia educadora e afirmava constante e categoricamente a importância do saber para o desenvolvimento humano. Dotada de sabedoria, ela soube conduzir para que seus frutos criassem raízes e procurassem construir conhecimentos.

Agradeço aos meus amados alunos e queridos colegas, companheiros diários, incentivadores e colaboradores incansáveis. A energia oriunda desses companheiros de jornada são forças que permitem fortalecer nosso espírito para concretização de nossos sonhos.

Agradeço a colaboração da professora Maria de Fátima Cardoso e do professor Marcelo Cesar Lima Peres pelas preciosas contribuições e pela disponibilidade do que temos de mais precioso, o nosso tempo.

E por fim, agradeço à minha orientadora - Kátia Benati - professora “dura”, mas de uma delicadeza singular, principalmente, por sua postura e orientação equilibrada para agir e entender as dificuldades daqueles que estão trilhando esse árduo caminho, e por seguir os preceitos da humildade proposta pelo mestre Jesus.

Se não existe neutralidade no Universo, e cada ação ou inação reverbera de maneira distinta na forma como interagimos constantemente com o cosmos, é importante que a tomada de consciência se desdobre na direção de novas ações, novas rotinas novas escolhas em relação a vida.

André Trigueiro, 2019.

CARMO, Arlinda Maria Rodrigues do. **Educação ambiental no projeto político pedagógico: um caminho para promover a sustentabilidade**. 2020. Orientadora: Dra. Kátia Regina Benati. 81f. il. Dissertação (Mestrado em Planejamento Ambiental)-Programa de Pós Graduação em Planejamento Ambiental, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2020.

RESUMO

O presente trabalho apresenta o resultado de um estudo relacionado com a inserção da Educação Ambiental nas escolas, visando minimizar a produção de resíduos e a promoção da sustentabilidade com foco no Projeto Político Pedagógico. O estudo foi desenvolvido seguindo os preceitos de um estudo qualitativo por meio de uma revisão de literatura, tendo como objetivo geral a análise e o desenvolvimento de atividades de Educação Ambiental voltadas para a construção de atitudes que colaborem para desenvolvimento sustentável. Portanto, para alcançar esse objetivo buscou compreender os conceitos acerca da sustentabilidade, a fim de entender a importância de minimizar a produção de resíduos bem como analisar como professores e gestores avaliam a necessidade de trabalhar essa temática na escola a fim de contribuir para formação de indivíduos com responsabilidade ambiental e por fim identificar elementos que possam colaborar para a inserção ou fortalecimento da Educação Ambiental através do Projeto Político Pedagógico. Observa-se que a Educação Ambiental é um campo abrangente de pesquisa e vem sendo vista como uma ciência necessária para formação de cidadãos voltados para a conservação do meio ambiente. Enquanto que o Projeto Político Pedagógico é um possível recurso para intermediar essa ação nas instituições de ensino formal. Conclui-se, então, que a vinculação entre os referidos núcleos: Educação Ambiental e Projeto Político Pedagógico tornam-se recursos promissores para intermediar processos educativos, contribuindo para a inclusão ou fortalecimento da Educação Ambiental nas escolas. As limitações encontradas destacam-se quanto à precariedade na formação, por parte dos sujeitos envolvidos no processo de orientação do ensino aprendizagem, tornando desafiador para a Educação Ambiental realizar um trabalho inovador na transformação de hábitos em favor do meio ambiente.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico. Educação Ambiental. Ensino Formal. Consumo Consciente.

CARMO, Arlinda Maria Rodrigues do. Environmental education in the pedagogical political project: a way to promote sustainability. 2020. Advisor: Dr. Kátia Regina Benati. Dissertation (Master in Environmental Planning) - Postgraduate Program in Environmental Planning, Catholic University of Salvador, 2020.

ABSTRACT

The present work presents the result of a study related to the insertion of Environmental Education in schools, aiming to minimize the production of residues and the promotion of sustainability focusing on the Political Pedagogical Project. The study was developed following the precepts of a qualitative study through a literature review with the general objective of analyzing and developing Environmental Education activities aimed at building attitudes that collaborate for sustainable development. Therefore, in order to achieve this goal, it sought to understand the concepts about sustainability, in order to understand the importance of minimizing the production of waste as well as analyzing how teachers and managers evaluate the need to work on this topic in school in order to contribute to the formation of individuals with environmental responsibility and finally to identify elements that can collaborate for the insertion or strengthening of Environmental Education through the Political Pedagogical Project. It is observed that Environmental Education is a comprehensive field of research and has been seen as a necessary science for the formation of citizens focused on the conservation of the environment. While the Pedagogical Political Project is a possible resource to mediate this action in formal educational institutions. It is concluded, then, that the link between the referred nuclei: Environmental Education and Political Pedagogical Project become promising resources to intermediate educational processes, contributing to the inclusion or strengthening of Environmental Education in schools. The limitations found stand out as to the precariousness in training by the subjects involved in the process of guiding teaching and learning, making it challenging for Environmental Education to carry out innovative work in transforming habits in favor of the environment.

Keywords: Pedagogical Political Project. Environmental. Sustainability. Residues.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO GERAL.....	11
2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO FERRAMENTA PARA O CONTROLE DO CONSUMO DE PRODUTOS GERADORES DE RESÍDUOS	14
Introdução.....	15
Material e Métodos.....	16
Educação Ambiental como ferramenta de transformação.....	16
Produção de Resíduos, Educação Ambiental, Escolas e Sustentabilidade.....	18
Trajетórias percorridas e possíveis caminhos para o desenvolvimento sustentável	23
Considerações Finais	25
Referências	26
3. EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO PRÁTICA PERMANENTE NO CURRÍCULO DO ENSINO FUNDAMENTAL ATRAVÉS DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	29
Introdução.....	30
Métodos	33
Perfil do Projeto Político Pedagógico.....	35
Compreensão dos gestores sobre Educação Ambiental	38
Compreensão dos professores sobre Educação Ambiental	40
Considerações finais	43
Referências	44
4. CONCLUSÃO GERAL	47
REFERÊNCIAS	48
APÊNDICE A- Questionário de entrevista professores da Escola Municipal Catu de Abrantes.....	54
APÊNDICE B- Questionário de entrevista professores da Escola Municipal Catu de Abrantes.....	56
APÊNDICE C- Resultados dos Questionários	59
Figura 8: Entendimento dos professores sobre os responsáveis para solução dos problemas ambientais.....	62
APÊNDICE D- Produto – PLANO DE AÇÃO.....	64
ANEXO A- Parecer Comitê de Ética.....	67
Anexo B- Diretrizes para Autores Revista <i>Educação em foco</i> , Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)	70
Anexo C- Diretrizes para Autores Revista <i>Educação</i> , Escola de Humanidades da PUCRS	78

1. INTRODUÇÃO GERAL

A educação ambiental é um processo de educação que segue uma nova filosofia de vida, uma nova cultura comportamental que busca um compromisso do homem com o presente e futuro do meio ambiente, sua aplicação torna o processo educativo mais orientado para a formação da cidadania. A educação para o desenvolvimento sustentável, como também pode ser chamada, deve considerar as realidades regionais e respeitar as diversidades culturais das populações (AB'SABER, 1994).

As sociedades contemporâneas vêm passando por profundas transformações, as quais incidem sobre diferentes campos, a saber: social, econômico, ambiental, político, entre outros. Desde o advento da revolução industrial, o meio ambiente tem sido palco de intensas ações destrutivas, de modo que ao longo do tempo conformou-se o que hoje é denominado de crise ambiental (LEFF, 2010).

Levando em consideração o modo de produção capitalista que tornou a educação um instrumento de reprodução das desigualdades inerentes ao sistema de classes, a formação da sociedade de consumo trouxe consigo a ideia de concorrência, na qual os consumidores tornaram-se mercadorias. O sistema de ensino reflete e confirmam os princípios do sistema econômico capitalista, autoritário, elitista, acrítico, formando cidadãos cada vez mais conformados com a situação de pobreza e de marginalização em que vivem como se fosse um processo natural. Torna-se natural aquilo que é historicamente produzido. A falta ou ausência de educação de qualidade não é natural, foi um processo produzido e que vem se reafirmando ano após ano (FERNANDES; PALUDETO, 2010).

A inserção e o desenvolvimento de trabalhos de Educação Ambiental nos anos finais do ensino fundamental tornam-se elementos indispensáveis para a transformação da sociedade. É preciso garantir que as instituições de ensino tenham as condições necessárias para cumprir seu papel principal de ensinar com qualidade e o professor esteja apto a formar cidadãos com as competências e habilidades indispensáveis para sua vida pessoal e profissional. A análise dessas dimensões visa despertar o indivíduo para o entendimento sobre sustentabilidade, já que a primeira dimensão é a ambiental e tratar de analisar um modelo de produção e consumo que seja compatível com a capacidade de resiliência dos ecossistemas dentro da dimensão socioambiental (NASCIMENTO, 2012).

Produzir conhecimento que possa gerar práticas significativas, como por exemplo, ao ensinar a respeito das possibilidades de reciclagem e o fim correto e sustentável para os

resíduos produzidos sem abordar, por exemplo, o papel que podemos desempenhar na redução da produção desses resíduos, pode estar ensinando a favor de uma cultura do consumismo e do desperdício (PRUDÊNCIO, 2013).

Afinal, uma das dimensões essenciais do ideal do desenvolvimento continua a ser justamente o crescimento econômico. E isso não poderia estar mais explícito do que no que direciona os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecido pela Agenda 2030, que tem como objetivo geral promover o crescimento econômico de forma sustentável (VEIGA, 2017).

As práticas sustentáveis precisam estar inseridas na proposta curricular da escola, visando estimular a criação de um plano de ação de como forma de atender a legislação que versa sobre o tema, faz-se necessário na busca de mecanismos eficazes para intermediar esse processo.

Uma possibilidade de intermediação para essa ação dentro da escola dar-se através do Projeto Político Pedagógico (PPP) que tem aporte legal da na elaboração da proposta pedagógica. Regido pela Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996, através dos princípios democráticos caracteriza-se como um instrumento que exige profunda reflexão sobre as finalidades da escola, assim como a explicitação de seu papel social e a clara definição de caminhos, formas operacionais e ações a serem empreendidas por todos os envolvidos no processo educativo de forma democrática (VEIGA, 1998).

De acordo com os artigos 12, 13 e 14 da LDB, a escola tem autonomia para elaborar e executar sua proposta pedagógica de forma democrática possibilitando que seus participantes estejam coletivamente organizados e comprometidos com a promoção de educação com qualidade para todos (LUCK, 2008).

A relação entre sustentabilidade e educação assume um papel cada vez mais desafiador, demandando a emergência de novos saberes para apreender processos sociais complexos, além de riscos ambientais e sociais que se intensificam e transcendem a simples aplicação dos conhecimentos científicos e tecnológicos disponíveis. Promover a reflexão crítica entre gestores, nesse sentido, auxilia-os a reexaminar modelos mentais que guiam suas ações e que podem representar barreiras para produzir soluções criativas e inovadoras para resolver problemas (CURRIE; KNIGHTS, 2003).

A Educação Ambiental é uma dimensão da educação escolar, uma atividade intencional da prática social que deve imprimir, ao desenvolvimento individual, um caráter

social, em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos. Objetiva a construção de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores, o cuidado com a comunidade de vida, a justiça e a equidade socioambiental e a proteção do meio ambiente natural e construído (BRASIL, 2016).

No que tange às questões socioambientais e a proteção do meio ambiente natural e construído é preciso mostrar aos alunos consequências dos efeitos negativos gerados por empresas na sociedade para ampliar a sua consciência sobre a sua responsabilidade social e ambiental. Essa situação educacional pode dar início a um processo de aprendizagem transformadora, desafiando visões dos aprendizes sobre o mundo (CANON, 2010).

É preciso saber integrar as diversas concepções e realidades. O trabalho interdisciplinar a possibilidade motiva o educando e o educador a buscarem novos conhecimentos sobre um determinado assunto, problema ou questão.

Sendo o professor um profissional que está permanentemente mobilizando conhecimentos das diferentes disciplinas e colocando-os a serviço de sua tarefa profissional, a matriz curricular do curso de formação não deve ser a mera justaposição ou convivência de estudos disciplinares e interdisciplinares. Ela deve permitir o exercício permanente de aprofundar conhecimentos disciplinares e ao mesmo tempo indagar a esses conhecimentos sua relevância e pertinência para compreender, planejar, executar, avaliar situações de ensino e aprendizagem. Essa indagação só pode ser feita de uma perspectiva interdisciplinar (BRASIL, 2012).

Esse estudo tem como objetivo buscar meios para fortalecer o trabalho de Educação ambiental nas escolas, sua apresentação se estrutura-se em capítulos. O primeiro capítulo apresenta uma revisão bibliográfica, abordando os aspectos conceituais e algumas considerações necessárias sobre a temática ambiental. O segundo capítulo aborda sobre a Educação Ambiental na perspectiva da prática escolar e fará a análise do Projeto Político Pedagógico da escola do ano de 2019, juntamente com a aplicação de questionários para professores e gestores.

De forma geral o resultado desse estudo tem como objetivo fortalecer o ensino de teorias e práticas de Educação Ambiental no cotidiano escolar, para que esse desafio venha a ter êxito e alcance seu objetivo, a proposta é a inserção de um plano de ação permanente no Projeto Político Pedagógico da escola.

2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO FERRAMENTA PARA O CONTROLE DO CONSUMO DE PRODUTOS GERADORES DE RESÍDUOS

Este capítulo apresenta o manuscrito intitulado: **Educação Ambiental como ferramenta para o controle do consumo de produtos geradores de resíduo**, que será submetido para o periódico *Educação em Foco* da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Os resultados aqui apresentados, assim como a discussão e conclusão derivadas, decorrem do desenvolvimento da presente dissertação. Os critérios de redação e formatação seguem às normas deste periódico.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO FERRAMENTA PARA O CONTROLE DO CONSUMO DE PRODUTOS GERADORES DE RESÍDUOS

*Arlinda Maria Rodrigues do Carmo*¹

*Kátia Regina Benati*²

Resumo:

Este artigo busca apresentar informações de como a Educação Ambiental pode tornar-se uma ferramenta necessária para controle do consumo de produtos geradores de resíduos. O processo de construção dessa análise perpassa pelo entendimento da necessidade de promover a sustentabilidade, buscando atender dentro de uma visão mais ampla os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). O intuito é averiguar como a Educação Ambiental ao atingir diversos públicos em suas diversas modalidades, tendo como destaque o âmbito formal, pode colaborar com sua valiosa oferta de conhecimentos para minimizar o avanço da degradação ambiental.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Resíduos. Sustentabilidade.

ENVIRONMENTAL EDUCATION AS A CONSUMER CONTROL TOOL FOR WASTE GENERATORS

Arlinda Maria Rodrigues do Carmo

Kátia Regina Benati

¹ Mestranda em Planejamento Ambiental (UCSAL), Professora da Rede Estadual de Ensino do Estado da Bahia. E-mail: arlinda.carmo@ucsal.edu.br.

² Doutora em Ecologia (UFBA), Docente da Universidade Católica do Salvador. E-mail: katia.benati@pro.ucsal.br.

Abstract:

This article presents information on how Environmental Education can become a necessary tool to control the consumption of waste products. The construction process of this analysis goes through the understanding of the need for sustainability seeking to meet within a broader view the Goals of | Sustainable Development. The aim is to find out how Environmental Education by reaching various audiences in its various modalities and highlighting the formal scope, can collaborate with its valuable knowledge offer to minimize the advance of environmental degradation.

Keywords: Environmental education. Formal education. Waste. Sustainability.

Introdução

O avanço dos impactos ambientais no cenário atual corrobora para a necessidade de propagação e incorporação da Educação Ambiental aos diversos segmentos da sociedade. A necessidade de articulação, ampliação e de luta na busca de soluções para a degradação ambiental que é enfrentada na atualidade, ressalta a importância da necessidade de uma análise crítica, histórica, política, social e cultural da questão (DIAS, 2001).

A inserção e o desenvolvimento de trabalhos de Educação Ambiental, nas diversas modalidades de ensino, tornam-se elementos indispensáveis para a transformação da sociedade, cujo trabalho interferirá na formação de cidadãos conscientes e críticos, aptos, decididos e atuantes na realidade socioambiental (CAVALCANTI, 2010).

Esse desafio configura-se de modo complexo na organização do trabalho pedagógico na escola como um todo, expressando as problemáticas de vida que a escola e os estudantes querem compreender e as possibilidades de intervenção em sua realidade. A concepção de educação e escola, que sustenta essa formação de organização do trabalho pedagógico, está referenciada no materialismo histórico-dialético, que é um método de análise que permite uma compreensão dos fenômenos sociais, em sua essência e complexidade, ao mesmo tempo em que constitui um método de ação com vistas à transformação da realidade (LOURENÇÃO; WISNHESKI; MACHADO, 2019).

Esse estudo pretende fazer um levantamento de como a Educação Ambiental pode colaborar para a sustentabilidade, a partir do entendimento de que é possível a escola propor a formação para a transformação, ainda que o fazer pedagógico na atual forma escolar esteja a serviço do capital homogeneizador totalizante.

Material e Métodos

O estudo foi desenvolvido seguindo os preceitos de um estudo qualitativo, portanto, trata-se de uma análise sistematizada desenvolvida com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, etc. (VERGARA, 2013).

A pesquisa dos artigos científicos foi realizada entre maio de 2019 e novembro de 2019. Para o levantamento bibliográfico, foram realizadas buscas eletrônicas por artigos em português e espanhol, publicados nos últimos 6 anos (2014- 2019) em banco de dados *online*, Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento e Ensino Superior (CAPES), que incluiu a busca nas bases de dados no *Scielo* e Google Acadêmico, sendo este último a fonte principal da pesquisa, onde foram encontrados 46 artigos. Os temas utilizados nas buscas foram: Educação Ambiental, Resíduos, Sustentabilidade. Para a seleção das fontes, foram consideradas como critério de inclusão as bibliografias que abordassem os temas acima citados e foram excluídas todas as bibliografias deste que não estavam relacionados ao tema de estudo.

Educação Ambiental como ferramenta de transformação

Ampliar a leitura de mundo, dando condições aos educandos para aprenderem a se tornar cidadãos socialmente críticos e engajados, é extremamente relevante para formar sujeitos transformadores do contexto e da realidade onde vivem; daí a necessidade de uma formação de cunho interdisciplinar para a apreensão da interconectividade complexa dos problemas da realidade do ambiente (FREIRE, 1980).

A Educação Ambiental tem como uma de suas propostas, ofertar ferramentas que possibilitem criar redes de conhecimentos capazes de formar cidadãos conscientes do cuidado com o meio ambiente. É preciso deixar o papel de azêmolas, ao falar sobre a pedagogia adotada na operacionalização das atividades de Educação Ambiental:

A forma pedagógica de operacionalizar os programas, por sua vez precisa de amálgama certo de vários processos que vão ocorrer simultaneamente. A pedagogia liberal, que defende a predominância dos Interesses e liberdades individuais na sociedade, vem dando lugar a uma tendência pedagógica progressiva, crítica e libertadora, preconizada por Paulo Freire. Acreditamos ser a mais adequada às nossas necessidades. Precisamos urgentemente, passar da condição de azêmolas para dinâmicos insubmissos (DIAS, 2001, p. 216).

Esse amálgama, tão necessário à construção de pontes que possam vir a possibilitar uma nova forma de pensar e agir, é um grande desafio para a educação, uma busca que

possibilite desconstruir e construir um novo pensar a respeito das várias questões que envolvem o comprometimento das matérias primas.

Para enfrentar esse desafio e colaborar para o fortalecimento da cidadania é necessário que cada indivíduo tome conhecimento de que é portador de direitos e deveres, e, portanto, co-responsável na defesa da qualidade de vida. Neste contexto a Educação Ambiental, surge como uma política componente de uma cidadania abrangente está ligada a uma nova forma de relação ser humano/natureza, e a sua dimensão cotidiana leva a pensá-la como somatório de práticas e conseqüentemente, entendê-la na dimensão de sua potencialidade de generalização para ação ambiental (MACEDO; RAMOS, 2015).

É fundamental situar que essas políticas não podem ser entendidas a partir da submissão à lógica utilitarista de vinculação irrestrita às demandas do processo produtivo. O redimensionamento do papel da escola, sobretudo a pública, enquanto agência de formação, não deve vincular-se meramente à lógica do mercado de trabalho. Entende-se neste contexto, a educação como elemento constitutivo das relações sociais. Essas considerações trazem complicações para a análise da escola na medida em que esta é sempre resultante de projetos de sociedade em disputa (FERREIRA, 2011).

A Educação Ambiental inserida nas práticas escolares pode significar, portanto, a inserção da escola e dos saberes que se processam em seu interior num movimento de análise e reflexão profunda do sentido de estar no mundo, vendo-o como potência e possibilidade. Educação Ambiental significa educar com a perspectiva da projeção da vida. Para tanto, impõe-se uma escola capaz de se organizar através de diálogos com a realidade, sendo críticos e propositivos com base na autonomia de ideias e práticas que se entrelaçam permanentemente (JACOBI, 2003).

No momento atual, a Educação Ambiental pode se tornar uma ferramenta importante, tendo conhecimento dos valores e ações que os sujeitos possuem frente ao meio ambiente será capaz de elaborar propostas que venham a atingir grande parte da sociedade, visando provocar mudanças mais efetiva que contribuam para a sustentabilidade socioambiental. Nesse contexto, é fundamental a formação de profissionais que atendam com eficiência à resolução dos problemas ambientais e que evidenciem esforços no sentido de promover o desenvolvimento sustentável (OLIVEIRA; PAGLIOSA, 2011).

É preciso ratificar que os conflitos ambientais não serão resolvidos pelo poder científico da economia ou da ecologia, senão através dos sentidos existenciais de valores

culturais e de estilos de desenvolvimento diferenciados, nos quais a exploração, a conservação, ou o uso sustentável dos recursos dependem dos significados sociais atribuídos a ele. Essa visão só poderá ser modificada pela desconstrução da racionalidade capitalista e da aproximação com os saberes tradicionais através da busca por valores éticos e conhecimentos práticos (LEFF, 2000).

É de fundamental importância a mobilização da sociedade na busca da reflexão em prol de um sistema equilibrado que garanta a sobrevivência imediata sem esquecer as futuras gerações. Portanto a Educação Ambiental reforça esse entendimento, partindo do princípio que esse conhecimento é instrumento indispensável para lidar com a questão ambiental no sentido de influenciar a abertura de caminhos que favoreçam o engajamento e a luta de todos em busca de soluções para os problemas ambientais.

Produção de Resíduos, Educação Ambiental, Escolas e Sustentabilidade

A compreensão sobre resíduo perpassa por tudo aquilo que sobra de uma atividade qualquer, ou seja, aquilo que popularmente é chamado de “lixo”. No entanto, há de compreender que nas atividades humanas são gerados resíduos e não lixo. Como resíduos tais materiais possuem valores sociais, econômicos e ambientais que podem ser reaproveitados, a partir do descarte através de coleta seletiva e conseqüente envio para reciclagem, ou até mesmo para a geração de energia. Mas, quando descartado de forma comum, os resíduos podem virar lixo (LOGAREZZI, 2004).

O brasileiro gera, em média, um quilo de lixo por dia. A produção de lixo no Brasil tem avançado em ritmo mais rápido do que a infraestrutura para lidar de maneira adequada com ele. A geração de lixo aumenta, mas a destinação adequada, a reciclagem, a recuperação, não acompanham esse crescimento. Em 2018, o Brasil produziu, em média, 79 milhões de toneladas de lixo, uma variação de pouco menos de 1% em relação ao ano anterior; a tendência de crescimento na geração de lixo no país deve ser mantida nos próximos anos. Estimativas realizadas com base na série histórica mostra que o Brasil alcançará uma geração anual de 100 milhões de toneladas por volta de 2030. A coleta seletiva está distante de ser universalizada, o processo de sensibilização é a primeira etapa para fortalecer essas práticas, que se tomadas em conjunto com outras medidas tendem a colaborar para proteger a saúde das pessoas e o meio ambiente contra danos e degradações (ABRELPE, 2019).

De forma geral, a humanidade produz mais de 2 bilhões de toneladas de lixo por ano (ONU HABITAT, 2019). Um dado que revela a necessidade de aumentar os esforços para mudar o padrão de consumo e diminuir o excesso de lixo, o que já é feito por algumas pessoas e em alguns lugares; um exemplo de sucesso é o Colégio Estadual Erich Walter Heine, no Rio de Janeiro. Esta escola possui algumas vantagens por ter sido construída dentro do conceito de sustentabilidade, climatização ambientalmente correta, por exemplo, captando a ventilação e a luminosidade naturais, permite preservar o ambiente e gerar economia. Além disso, a escola tem sistemas de captação de chuva, painéis solares, telhado verde e coleta seletiva. A mobilidade também foi considerada, e os alunos contam com acessos para cadeirantes e bicicletário.

Compartilhar mudanças, fazer pequenos ajustes em nossos estilos de consumo, usando alternativas para os itens plásticos descartáveis, como garrafas, copos, pratos e talheres, e fazendo um esforço consciente para reciclar corretamente e recuperar produtos quebrados, em vez de simplesmente jogá-los fora, minimizar a forma desigual de distribuição dos bens na sociedade atual. Por meio da ação coletiva, podemos alcançar um mundo que é mais limpo, mais verde, mais seguro, mais saudável e mais feliz, para nós vivermos, trabalharmos e nos divertirmos (ONU, 2018).

O aumento do descarte de resíduos surgiu em meados dos anos de 1930, com a chamada “obsolescência programada” uma saída para os países capitalistas que viam suas economias estagnadas após a grande crise que ocorreu em 1920, a medida desesperada tomada por esses fabricantes foi diminuir o ciclo de vida útil de seus produtos, ocasionando assim a compra de novos bens pela população e movimentando a economia. Atualmente, a indústria mundial vive em constante desenvolvimento e inovação, produz novos produtos que, eventualmente, se espalham por todo o comércio. A oportunidade da obsolescência programada a ser aplicada se instaura em meio a boas propagandas e novidades de mercado, junto da diminuição da vida útil de um produto, ocasionando um desgaste acelerado do mesmo e assim a perda de suas funções.

Uma maneira ágil de se combater a obsolescência programada, seria a informação e a conscientização da população em geral, levar alternativas de consumo ecologicamente correto, tendo em vista que muitas pessoas compartilham de tal prática pelo desconhecimento, já que é um mal que afeta não apenas o bolso do consumidor mais também o meio ambiente no momento do descarte (HUSS; SALOMÃO; COSTA, 2019). A intensificação do consumo e da descartabilidade produz efeitos inequívocos sobre a geração

de resíduos sólidos e sobre a degradação dos recursos naturais, razões que tornam sua consideração indispensável no debate ambiental, no planejamento da gestão dos resíduos sólidos e na compreensão das possibilidades de a Educação Ambiental a se desenvolver nesse contexto (LIMA, 2015).

O aumento incessante da geração de resíduos sólidos e rejeitos urbanos é uma das razões para que a destinação ambientalmente inadequada destes, de acordo com a Lei nº 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), seja um grande transtorno para o país. Diante da necessidade de reduzir os impactos ambientais promovidos pela má gestão dos resíduos sólidos, assim como pelo uso indiscriminado dos recursos naturais disponíveis, se faz indispensável a busca por ações que possam conscientizar a população brasileira, visando a construção de uma cidadania ambiental (ANDRADE, 2014).

A partir de agosto de 2010, baseado no conceito de responsabilidade compartilhada, a sociedade como um todo – cidadãos, governos, setor privado e sociedade civil organizada – passou a ser responsável pela gestão ambientalmente adequada dos resíduos sólidos. Os governos federal, estaduais e municipais são responsáveis pela elaboração e implementação dos planos de gestão de resíduos sólidos, assim como dos demais instrumentos previstos na Política Nacional de Resíduos Sólidos (MMA, 2015).

Sobre a questão dos resíduos sólidos muitos se perguntam qual a relação da produção de resíduos no ambiente social com o ambiente escolar. A escola é o espaço de formação de futuros cidadãos, portanto, é necessário identificar, como eles estão colaborando para geração desses resíduos bem como está sendo elaborada a sua forma de descarte. Reduzir a geração de resíduos e sua periculosidade, assim como o desperdício de matérias-primas, demanda respostas urgentes. Estas implicam em mudanças dos padrões existentes de produção e consumo da sociedade, na implantação de um gerenciamento integrada e sustentável dos resíduos sólidos, economicamente equilibrado, ambientalmente eficiente e socialmente justo (JACOBI, 2003).

Sendo assim, a escola pode ser considerada como o local ideal para a aplicação da relação entre meio ambiente e sociedade, já que esta apresenta a possibilidade de formação de uma sociedade mais crítica e criativa, que possua uma visão mais ampla sobre as questões ambientais. Nesse contexto, a Educação Ambiental possui um papel fundamental, uma vez que possibilita a solução de diversas problemáticas e proporciona à população

novas ideias, além de desenvolver valores e proporcionar soluções sustentáveis para mitigar os problemas ambientais (DIAS, 2001).

O princípio fundamental da política para Escolas Sustentáveis é que as escolas de educação básica brasileira se transformem em “incubadoras de mudanças”, onde deverão encontrar possíveis soluções para as dificuldades encontradas. A proposta busca, a partir de espaços educadores sustentáveis, incentivarem a investigação, pesquisa, descoberta, autonomia, sonhos e possibilidades, assim como o pensamento crítico e inovador. É uma proposta ousada que estimula a liberdade de escolhas, na qual cada instituição decidirá com sua comunidade o melhor caminho em busca da sustentabilidade

A Lei nº 9.795/1999, a qual institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), surge como projeto de atuação governamental, que buscou efetivar a implementação da Educação Ambiental devendo para isto ser desenvolvida e concretizada por meio da ação de órgãos e instituições, inclusive por órgãos públicos da União, Estados, e Municípios. Portanto, enfatiza a necessidade de fortalecer os processos pelos quais a sociedade constrói conhecimentos, habilidades, valores sociais, atitudes e competências acerca da conservação do meio ambiente.

A Política Nacional de Educação Ambiental também destaca que a Educação Ambiental faz parte da educação nacional, sendo permanente e primordial. No âmbito escolar de ensino formal, a PNEA orienta para que a Educação Ambiental seja integrada nos diversos níveis de educação, passando pela educação básica, superior, especial, profissional e de jovens e adultos. Dessa forma, nota-se que o desenvolvimento de um consumo voltado para a sustentabilidade e de soluções para gestão de resíduos sólidos, devem ser promovidos e incentivados no âmbito educacional, sendo capazes de desenvolver crianças e adultos como cidadãos conscientes, ponto importante para criação de uma população mais participativa na gestão de resíduos (BRASIL, 2009).

A definição de sustentabilidade é associada a dois entendimentos básicos, a saber: desenvolvimento econômico e sustentabilidade ecológica. O desenvolvimento econômico ecologicamente sustentável pode ser compreendido como um processo de mudanças relacionadas à estrutura, organização e atividade de um sistema econômico ecológico, objetivando o bem-estar da sociedade, a qual pode ser sustentada pelos recursos naturais (MARQUES, 2014).

Sustentabilidade trata-se de um conceito sistêmico, que visa prover todas as necessidades sociais, econômicas, culturais e ambientais para garantia de um futuro melhor. Ou seja, é a maneira inteligente como os recursos naturais são utilizados e protegidos pensando na geração futura. Portanto, seu conceito detalhado quer dizer defensável, suportável, capaz de ser mantido e preservado, se determinadas condições e recursos não forem depletados ou danificados permanentemente (CAMPOS, 2015).

O princípio de sustentabilidade surge como uma resposta dada pela razão modernizadora e como uma condição para construir uma nova racionalidade produtiva, fundada no potencial ecológico e em novos sentidos de civilização a partir da diversidade cultural do gênero humano. Trata-se da reapropriação da natureza e da invenção do mundo; não só de um mundo no qual caibam muitos mundos, mas de um mundo conformado por uma diversidade de mundos, abrindo o cerco da ordem econômica- ecológica globalizada (LEFF, 2001).

Portanto, a Educação Ambiental é responsável, por compartilhar conhecimentos que podem gerar ações que propiciam a sustentabilidade, cumprindo com todos os requisitos de uma educação para o desenvolvimento sustentável. A Educação Ambiental promove uma conscientização do que realmente pode-se entender sobre o que é sustentabilidade, uma vez que, ao se estudar a o desenvolvimento sustentável deve se visar à educação como base para fundamentar um conceito consciente e que realmente promova a sustentabilidade (ROOS; BECKER, 2012).

A ênfase da Educação para a Sustentabilidade deve estar voltada para que o professor se torne capaz de perceber as relações entre os diferentes componentes curriculares, enfatizando uma formação contextualizada ao nível local e global e a necessidade de enfrentar a lógica da exclusão e das desigualdades. Nessa perspectiva a sala de aula passa a exercer um papel decisivo para o desenvolvimento de discussões que busquem entender e alavancar a sensibilização e tomada de consciência dos alunos, para a resolução de problemas (JACOBI, 2003).

O professor deve adequar às propostas que pretende desenvolver em sala de aula, de maneira a tornar a aprendizagem significativa para o aluno. Deve existir uma profunda relação entre a teoria e prática, para que se estabeleça uma reflexão crítica sobre o que se ensina e se aprende e essa reflexão é necessária para que a teoria não se torne sem sentido e a prática uma mera atividade de repetição (FREIRE, 1980).

A escola tem o papel de informar e intermediar descobertas científicas em prol da sustentabilidade, já que de uma forma geral ela é disseminadora de conhecimento. A internalização de conhecimento pode indicar caminhos no sentido da tomada de consciência e mudança de atitudes em prol da minimização da produção de resíduos.

Trajetórias percorridas e possíveis caminhos para o desenvolvimento sustentável

O surgimento do consumismo desenfreado e desmedido que delinea o comportamento e as atitudes humanas diárias, faz do meio ambiente um grande depósito de resíduos e desta forma, os indivíduos colocam em risco o seu próprio sustento, o que também se revela como alarmante ameaça a sobrevivência das sociedades vindouras, meio a agressões constantes a natureza e, por consequência, a própria vida. Assim, caracteriza-se o atual modelo de sociedade capitalista, que se encontra imersa em uma crise civilizatória e ao ser humano, compete a racionalidade e o consumo consciente dos recursos naturais (TREVISOL, 2013).

Neste sentido, surge no cenário mundial a ideia de sustentabilidade no século XX, por iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1982, após avaliação dos 10 anos da Conferência que ocorreu em Estocolmo, quando a ONU buscou compreender de que forma as atividades realizadas no mundo, impactam, de alguma forma, na vida do Planeta. Para dar novos rumos a esta situação, a ONU solicitou um relatório a uma equipe de pesquisadores, liderada pela ex- Ministra da Noruega, Dra. *Gro Harlem Brundtland*, cujos resultados foram apresentados em 1987, passando a ser conhecido como: Relatório de *Brundtland* (ONU, 2015).

Em 1991 na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o relatório teve a pretensão de propor estratégias ambientais de longo prazo para obter um desenvolvimento sustentável. Já em 1992 na cidade do Rio de Janeiro realizou-se a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, intitulada também como Cúpula da Terra, Rio 92 ou Eco 92. No ano de 2002, ocorreu em Johannesburgo, na África do Sul, a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, ou Cúpula da Terra (Rio + 10).

Em 2015, ocorreu em Nova York a Conferência da ONU, onde reuniu representantes de muitas partes do mundo e resultou em uma nova Agenda com 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e mais 163 metas para serem alcançadas

até o ano de 2030. Esta Agenda é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade. Também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. Tendo como propósito servir como plataforma de ação à comunidade internacional e aos governos na promoção da prosperidade comum e do bem-estar para todos ao longo dos próximos 15 anos (ONU, 2015).

A proposta está fundamentada nos tratados internacionais de direitos humanos, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Declaração do Milênio e no documento final da Cúpula Mundial de 2005. Entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável traçados para a agenda 2030. Este estudo destaca as ODS 4 e 12, que respectivamente visam: educação de qualidade e consumo e produção responsáveis. A ODS 4 tem como objetivo assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos e em uma de suas metas é garantir que até 2030 todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável. A ODS 12 tem como objetivo assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis e tem como uma de suas metas garantir que até 2030, as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza (ONU, 2015).

Mas, para ser sustentável, o desenvolvimento precisa ser ambientalmente correto, socialmente justo, economicamente viável e culturalmente respeitoso das diferenças. Ou seja, tratar sobre sustentabilidade, quer dizer apenas a reduzir impactos ou de abrandar os estragos. Mas a perspectiva de mudança na maneira de enxergar o mundo, e de se relacionar com os demais seres vivos do planeta. Faz-se necessário mudar valores, atitudes e comportamentos individuais e coletivos (GADOTTI, 2009).

Um dos desafios da sustentabilidade ambiental é a conscientização de que este é um processo necessário para manutenção da vida, portanto as trajetórias e os caminhos percorridos até aqui foram fundamentais para buscar estratégias na mediação entre o desenvolvimento socioeconômico e o respeito a natureza, no entanto é necessário que os estudos continuem avançando em prol do desenvolvimento sustentável.

Considerações Finais

É preciso debater as questões ambientais nos diversos espaços de convivência social com o intuito de promover um novo pensar, um novo olhar e, conseqüentemente, esperar novas posturas e práticas cotidianas de cuidado com o meio ambiente. Existe uma disponibilidade de teorias que propõem formas de agir para se adequar às questões ambientais atuais, no entanto ainda é um desafio lidar e colocar essas diversas informações em prática.

É preciso capacitar profissionais em Educação Ambiental que colaborem e criem possibilidades de confrontar discursos sobre a importância do pensar e agir de forma adequada nos espaços de vivência, bem como democratizar informações que permitam uma reflexão e possam possibilitar a construção de um comportamento mais reflexivo.

A Educação Ambiental trata da relação entre sociedade e ambiente, incide sobre os sujeitos por meio do processo educativo e contribui para a formação de sociedades sustentáveis. A Lei nº 9795/1999, intitulada de Política Nacional de Educação Ambiental, em seu Art. 1º, conceitua Educação Ambiental, afirmando que a Educação Ambiental se concretiza por processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 2012).

A educação ambiental tem a importante função de atingir toda a população, inclusive as novas gerações, formando cidadãos que possam responder pelo processo de mudanças do atual estado ambiental da terra (KONDRAT; MACIEL, 2013). Na educação escolar, em todos os níveis e modalidades de ensino, o Órgão Gestor – especificamente o MEC – tem o dever de dar apoio à comunidade escolar – professores, estudantes, direção, funcionários, pais e amigos – para se tornarem educadores e educadoras ambientais com uma leitura crítica da realidade (MELLO; TRAJBER, 2007).

As especificidades da Educação Ambiental acumulam numerosas experiências e estão amparadas por marcos legais como a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 9.795/99, que estabelece a PNEA (Política Nacional de Educação Ambiental), e os compromissos internacionalmente assumidos. A PNEA veio reforçar e qualificar o direito de todos à educação ambiental, como “um componente essencial e permanente da educação nacional” (artigos 2º e 3º da Lei nº 9.795/99). Com isso, a Lei nº 9.795/99 vem qualificar a educação

ambiental indicando seus princípios e objetivos, os atores responsáveis por sua implementação, seus âmbitos de atuação e suas principais linhas de ação.

A PNEA traça orientações políticas e pedagógicas para a educação ambiental e traz conceitos, princípios e objetivos que podem ser ferramentas educadoras para a comunidade escolar formal. A Educação Ambiental, comprometida com a transição para escolas e sociedades sustentáveis deve contribuir para animar e fortalecer cada pessoa em seu compromisso com a manutenção da vida e a preservação da biodiversidade. A Educação Ambiental, em todos os níveis, tem procurado desempenhar esse difícil papel de resgate de valores como o respeito à vida e à natureza.

Referências

ABRELPE. Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais - *Panorama dos resíduos sólidos no Brasil*. São Paulo. Disponível em: <http://abrelpe.org.br/panorama/>. Acesso em: 05 ago. 2019.

ANDRADE, J. D. N. L. *Educação ambiental nas séries iniciais (2º ao 5º) na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio João Ribeiro*. 2014. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Licenciatura em Geografia)- Pró Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, Poder Executivo, 05 out. 1988.

_____. Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, Poder Executivo, 20 dez. 2006.

_____. Lei n° 9.795, de 27 de abril de 1999. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 abr. 1999.

_____. Lei n° 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional dos Resíduos Sólidos; altera a Lei n° 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 02 ago. 2010.

CAMPOS, Ana Carolina Souza; ESTENDER, Antônio Carlos; MACEDO, Daniela. *O Ambiente e a Sustentabilidade no Ramo Hoteleiro*. *Revista de Administração do UNISAL*, São Paulo, v. 5, n. 7, 2015.

CAVALCANTI, Clóvis. Concepções da economia ecológica: suas relações com a economia dominante e a economia ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010.

DIAS, Genebaldo Freire. *Educação Ambiental: princípios e práticas*. 7. ed. São Paulo: Gaia, 2001.

ESCOLAS SUSTENTÁVEIS. Centro de informações sobre reciclagem e meio ambiente. Disponível em: <http://www.recicloteca.org.br/noticias/escolas-sustentaveis>. Acesso em 17 mar. 2020.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: EGA, 1996.

FREIRE, M. A. Educação para a Sustentabilidade: Implicações para o Currículo Escolar e para a Formação de Professores. *Pesquisa em Educação Ambiental*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 141-154, 2007.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. *Gestão Democrática de Educação: atuais tendências, novos desafios*. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FURTADO, João Salvador. *Sustentabilidade Empresarial: Guia de Práticas Econômicas, Ambientais e Sociais*. Salvador: NEAMA/ CRA, 2005. 177 f.

GADOTTI, Moacir. *Educação integral no Brasil: inovações em processo*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

HUSS, Adriele Cristina; SALOMÃO, Gabriele de Marchi; COSTA, Marcello Pereira. Obsolescência programada e o direito do consumidor. *Revista Jurídica da UniFil*, [S.l.], v. 14, n. 14, p. 71-80, jun. 2019. ISSN 2674-7251. Disponível em: <http://periodicos.unifil.br/index.php/rev-juridica/article/view/1063>. Acesso em: 08 nov. 2019.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cad. Pesquisa*, São Paulo, n. 118, p. 189-206, mar. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010015742003000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 set. 2019.

LIMA, G.F.C. Consumo e Resíduos Sólidos no Brasil: as contribuições da Educação Ambiental. *Revista Brasileira de Ciências Ambientais*, n. 37, p.47-57, set. 2015.

LOGAREZZI, A. Contribuições conceituais para o gerenciamento de resíduos sólidos e ações de educação ambiental. In: JUNIOR, Antônio Thomaz *et al.* *Resíduos sólidos no pontal do Paranapanema*. Presidente Prudente: UNESP, 2004. 276 p.

LOURENÇÃO, Claudemir; RASNHESKI, Fernando; MACHADO, Ferreira Ilma. Escolas do Campo: caminhos possíveis para a superação da lógica capitalista / Rural Schools: possible waystoovercomecapitalistlogicv. *Educação em Foco*, Belo Horizonte, v. 22, n. 37, 2019. Disponível:<http://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/search/search?simpleQuery=escolas+do+campo&searchField=query>. Acesso em: 08 nov. 2019.

LEFF, Enrique. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. In: A. Philippi Jr., C. E. M. Tucci, D. J. Hogan, R. Navegantes (orgs). *Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais*. São Paulo: Signus Editora, 2000. p. 19 -51.

MARQUES, Jessica Isadora Santana. *Práticas de Logística Verde: Uma análise sobre a aderência às práticas de logística verde pelas empresas brasileiras que apresentam relatório de sustentabilidade*. 2013. 82f. Trabalho de Conclusão de Curso- Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto – SP, 2013.

MACEDO, M.A.; Ramos, M. C. Educação Ambiental e Resíduos Sólidos Urbanos: Caminho para um Futuro Sustentável. *Eduser - Revista de Educação*, v. 7, n. 2, 2015. Disponível em: <https://www.eduser.ipb.pt/index.php/eduser/article/view/65>. Acesso em: 20 dez. 2017.

MELLO, Soraia Silva de; TRAJBER, Rachel (Org.). *Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007.

OLIVEIRA, Kleber Andolfatode; PAGLIOSA CORONA, Hieda Maria. A percepção ambiental como ferramenta de propostas educativas e de políticas ambientais. *Revista Científica ANAP Brasil*, v. 1, n. 1, mar. 2011. ISSN 1984-3240. Disponível em: http://amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/anap_brasil/article/view/4. Acesso em: 09 nov. 2019.

ONU BRASIL. *Organizações Nações Unidas no Brasil*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-no-brasil/>. Acesso em: 07 set. 2019.

ONU. *Organizações Nações Unidas*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-meio-ambiente-aponta-lacunhas-na-reciclagem-global-de-plastico/>. Acesso em: 08 nov. 2019.

ROOS, A.; BECKER, L. S. B. Educação ambiental e sustentabilidade. *Revista Eletrônica em Gestão, educação e Tecnologia Ambiental*, Santa Maria, v. 5, n. 5, p. 857-866, 2012. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs2.2.2/index.php/reget/article/view/4259>. Acesso em: 07 set. 2019.

TRAJBER, Rachel; SATO, Michele. Escolas sustentáveis: incubadoras de transformações nas comunidades. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, v. especial, p. 70-78, 2010.

TREVISOL, Joviles Vitório; SORRENTINO, Marcos. *A Educação Ambiental em uma Sociedade de Risco: tarefas e desafios na construção da sustentabilidade*. 1. ed. Joaçaba: UNOESC, 2013.

KONDRAT, Hebert; MACIEL, Maria Delourdes. Educação ambiental para a escola básica: contribuições para o desenvolvimento da cidadania e da sustentabilidade. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 55, p. 825-846, dec. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782013000400002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 set. 2019.

3. EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO PRÁTICA PERMANENTE NO CURRÍCULO DO ENSINO FUNDAMENTAL ATRAVÉS DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Este capítulo apresenta o manuscrito intitulado **Educação Ambiental como prática permanente no currículo do ensino fundamental através do Projeto Político Pedagógico** que será submetido para o periódico *Educação* do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da Escola de Humanidades da PUCRS. Os resultados aqui apresentados, assim como a discussão e conclusão derivadas, decorrem do desenvolvimento da presente dissertação. Os critérios de redação e formatação seguem às normas deste periódico.

Educação Ambiental como prática permanente no currículo do ensino fundamental através do Projeto Político Pedagógico

Environmental Education as a permanent practice in the elementary school curriculum through the Political Pedagogical Project

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar a inserção da Educação Ambiental nas ações curriculares do Projeto Político Pedagógico, bem como a percepção de gestores e professores sobre esse tema. Utilizando o método de pesquisa qualitativa, a pesquisa foi desenvolvida em uma escola municipal da cidade de Camaçari-Bahia. Os resultados foram um tanto satisfatórios, mostrando que há ações sendo desenvolvidas mesmo esporadicamente. Dadas as questões ambientais emergentes que nos cercam e considerando a grande importância da Educação Ambiental para a sociedade, este artigo tem como objetivo estimular a revisão do Projeto Político Pedagógico, com o objetivo de inserir ações interdisciplinares que contemplem permanentemente a Educação Ambiental no currículo escolar.

Palavras-chave: Ações curriculares. Escola. Sustentabilidade.

ABSTRACT

This study aims to analyze the inclusion of Environmental Education in the curricular actions of the Political Pedagogical Project, as well as the perception of managers and teachers on this topic. Using the qualitative research method, the research was developed in a municipal school in the city of Camaçari-Bahia. The results were somewhat satisfactory, showing that there are actions being developed even sporadically. Given the emerging environmental issues that surround us and considering the great importance of Environmental Education for society, this paper aims to stimulate the review of the Pedagogical Political Project with a view to inserting interdisciplinary actions that permanently contemplate Environmental Education in the school curriculum.

Keywords: Curricular actions. School. Sustainability.

RESUMEN

El objetivo de este estudio es analizar la inclusión de la Educación Ambiental en las acciones curriculares del Proyecto Pedagógico Político, así como la percepción de los gerentes y docentes sobre este tema. Utilizando el método de investigación cualitativa, la investigación se desarrolló en una escuela municipal en la ciudad de Camaçari-Bahía. Los resultados fueron algo satisfactorios, mostrando que se están desarrollando acciones incluso esporádicamente. Dados los problemas ambientales emergentes que nos rodean y considerando la gran importancia de la Educación Ambiental para la sociedad, este artículo tiene como objetivo estimular la revisión del Proyecto Político Pedagógico, con el objetivo de insertar acciones interdisciplinarias que contemplen permanentemente la Educación Ambiental en el currículo escolar.

Palabras clave: Acciones curriculares. Colegio. Sustentabilidad.

Introdução

A aprendizagem escolar está diretamente vinculada ao currículo, organizado para orientar as ações docentes. Nessa perspectiva, o currículo pode ser compreendido como meio de nos constituirmos como somos, enquanto sujeitos de direitos, carregados de valores e princípios compartilhados no contexto social do qual participamos. É através do currículo que a escola cria à sua própria identidade, à sua organização e funcionamento a partir das aspirações e expectativas da sociedade e da cultura em que se insere (BENÍTEZ & DOMENICONI, 2014).

A construção do currículo se dá a partir de vários modelos de interpretação, indicando diferentes instâncias do significado do mesmo, sendo elas: currículo prescrito, currículo apresentado aos professores, currículo moldado pelos professores, currículo em ação, currículo realizado e currículo avaliado. O currículo prescrito são os documentos oficiais que orientam a educação nacional e as propostas curriculares das Secretarias de Estado da Educação; o currículo apresentado aos professores diz respeito aos documentos elaborados para traduzir as prescrições; o currículo moldado pelos professores refere-se aos planos de ação elaborados pelos docentes. Abrange os projetos Político-Pedagógicos, os projetos educativos e os planejamentos coletivos e/ou individuais; já o currículo em ação são as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores. A noção de currículo realizado envolve as aprendizagens construídas pelos alunos. No currículo avaliado se

evidencia as relações entre currículo e a avaliação, pois trata do currículo formulado para atender as expectativas das avaliações (SACRISTÁN, 2000).

O currículo é o coração da escola, portanto requer uma organização dos tempos/espacos e de diferentes conhecimentos e valores considerados necessários para a formação de seus alunos. Isso é possível, porque a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (Lei nº 9394/1996) estabeleceu como incumbência da escola e de seus professores (Art. 12 e 13) a sua construção através do Projeto Político Pedagógico, com base no princípio da autonomia, debate, se discute e se estabelece suas concepções de homem, de mundo, de sociedade de conhecimento, de currículo, de avaliação e tantas outras, com o objetivo de criar referências e diretrizes próprias para as práticas que pretende implantar (SILVA, 2006).

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Projeto Político Pedagógico, também chamado de PPP, é um documento que define diretrizes, metas e métodos para que a Instituição de ensino consiga atingir os objetivos a que se propõe. Sua construção por meio da socialização do conhecimento busca condições de produção de novos saberes e dá sentido ao papel da escola cidadã e democrática de criar condições para o bem viver.

A escola precisa ampliar sua atuação para muito além de atender às exigências de avaliações externas ou do mercado de trabalho. Para que isso aconteça, a construção do Projeto Político Pedagógico de forma coletiva, participativa e colaborativa, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar e do seu entorno, poderá se constituir numa oportunidade singular para a escola refletir sobre o seu papel na sociedade atual. O atual contexto sócio, histórico, cultural e econômico exige que se tenha uma sociedade formada por sujeitos capazes de gerir a mudança e de serem promotores dos princípios democráticos, da convivência com justiça social, da solidariedade e da sustentabilidade (WEYH, 2019).

No que diz respeito à sustentabilidade, o trabalho com a Educação Ambiental nas escolas contribui para a formação de cidadãos conscientes, aptos para decidirem e atuarem na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade como todo (MEDEIROS, 2011).

Educar para a sustentabilidade implica perspectivar uma nova orientação para a prática letiva, enfatizando situações de aprendizagem ativas, experiências, colaborativa e

dirigida para a resolução de problemas a nível local, regional e global. Nesta comunicação, discute-se o significado de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável, as orientações curriculares para o ensino da temática, a formação de professores e a investigação educacional que melhor condiz com esta dimensão (FREIRE, 2012).

A Educação Ambiental, como perspectiva educativa, pode estar presente em todas as disciplinas, quando analisa temas que permitem focar as relações entre a humanidade e o meio natural, e as relações sociais, sem deixar de lado as suas especificidades. É importante salientar que a Educação Ambiental está também interligada ao método interdisciplinar, entretanto esse método está compreendido e aplicado numa perspectiva educativa (REIGOTA, 2002).

No entanto, um número significativo de professores encontra dificuldades de relacionar temáticas de suas aulas com a educação ambiental, tornando a abordagem deste conteúdo de forma pontual no ensino da disciplina ministrada. É preciso fornecer aos educadores instrumentos para a compreensão dessa realidade (MARTINS & SCHNETZLER, 2018).

O caminho apontado para essa questão é o da comunicação através da interdisciplinaridade. É preciso exercitar a sensibilidade interdisciplinar buscando integrar as diferentes dimensões do conhecimento com pretensão de superar uma visão especializada e fragmentada do conhecimento.

A interdisciplinaridade permite que um tema seja abordado a partir de vários ramos do conhecimento, proporcionando uma compreensão mais ampla sobre o assunto. Na perspectiva escolar, a interdisciplinaridade não tem a pretensão de criar novas disciplinas ou saberes, mas de utilizar os conhecimentos de várias disciplinas para resolver um problema ou compreender um determinado fenômeno sob diferentes pontos de vista (BONATTO et al.,2012).

Ao dialogarmos acerca da interdisciplinaridade, trazemos a proposta do saber sistêmico e complexo, que articula e relaciona as diferentes áreas do saber e possibilita percepções de mundo integradas e contextualizadas. A Educação Ambiental contribui para nossa compreensão e o nosso dar sentido à ligação e à transcendência que existe entre o eu, o nós e o ambiente, assim como as relações emocionais, políticas, econômicas, ecológicas, históricas e científicas que se estabelecem entre esses (MOURA, 2019).

Para tanto, surge a necessidade de trabalhar educação para construir novos conceitos capazes de colaborar para uma mudança mental, que se traduzam em reflexos para práticas e comportamentos corretos no cotidiano escolar que contribua para uma formação de cidadãos responsáveis (SILVA & XIMENES & OLIVEIRA, 2016).

No âmbito escolar, as práticas educativas em Educação Ambiental reproduzem uma realidade determinada por uma racionalidade hegemônica, visto que tais práticas, fragilizadas pelo fato de não existir uma reflexão sobre o processo educativo e sobre a educação ambiental em uma perspectiva crítica, objetivam ações e resoluções de problemas ambientais pontuais levando a entender que o processo educativo não visa ao enfrentamento sócio histórico do problema (TEIXEIRA & TOZONI-REIS & TALAMONI, 2011).

A Educação Ambiental tem sido articulada e organizada nos currículos escolares formais, através dos seguintes documentos norteadores: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ambos direcionados para formação indivíduos conscientes e capazes de decidir e atuar em prol do meio ambiente (BRASIL, 2012).

Diante dessas análises teóricas esse estudo tem como objetivo propor a inserção de ações de Educação Ambiental no Projeto Político Pedagógico da escola. Essa ação poderá contemplar as diversas disciplinas atendendo a proposta de lei que diz que a Educação Ambiental precisa ser trabalhada de forma interdisciplinar.

Métodos

O estudo foi realizado com 17 profissionais (professores e gestores) que atuavam na Escola Municipal Catu de Abrantes, no ano de 2019, localizada no município de Camaçari, Bahia. O município integra a região metropolitana de Salvador, possui uma área de 784.658 km² e população estimada em 242.970 (IBGE, 2019). A escola possui 230 alunos matriculados no Ensino Fundamental - Anos Finais (CENSO, 2019) e é uma das 102 unidades da rede escolar municipal de ensino que tem em sua totalidade capacidade para atender 37 mil estudantes.

Vale ressaltar que a escola onde o estudo foi realizada está inserida em uma Área de Proteção Ambiental (APA, portanto se faz necessário um olhar mais cuidadoso para o seu entorno, já que as APA são em termos simples, unidades de conservação criadas em locais

que já contam com certo grau de ocupação humana, e segundo a descrição do Artigo 15 da Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza) tem como finalidade proteger atributos ambientais de grande relevância para nossa qualidade de vida (BRASIL, 2011).

Para o desenvolvimento do estudo foi utilizado o tipo de pesquisa quali-quantitativa, tendo como entendimento que essa seria a melhor forma de possibilitar a compreensão dos fenômenos estudados.

O estudo foi realizado entre novembro a dezembro de 2019, concretizou-se a partir de uma análise qualitativa com foco no Projeto Político Pedagógico da escola e através da análise quantitativa com a aplicação de questionários aos professores e gestores da escola. A abordagem qualitativa realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela envolve-se com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas (MINAYO & SANCHES, 1993).

Na primeira etapa, o foco foi Projeto Político Pedagógico- documento que possui 92 páginas, construído entre os anos 2011 e 2012 e sua última revisão foi realizada em 2018. A análise do documento deu-se através de leitura sistemática e tinha como objetivo conhecer a filosofia da escola e as bases teóricas que sustentam as concepções que orientam a prática de seus professores, bem como as linhas de ação pedagógicas trabalhadas. No entanto, o foco principal era averiguar ações que contemplassem a Educação Ambiental. Importante salientar que a análise do Projeto Político Pedagógico serviu como possibilidade de aprofundar o conhecimento a respeito da Escola Municipal Catu de Abrantes, portanto, não houve critérios de descarte e o documento foi analisado na íntegra.

A segunda etapa teve como objetivo compreender o entendimento dos profissionais da escola a respeito da Educação ambiental. Para tanto, a pesquisa contou com a colaboração de 17 funcionários da escola, separados em dois grupos, o primeiro de gestores (5) e o segundo de professores (12). Cada grupo respondeu um questionário específico e direcionado a cada perfil, contendo 10 (dez) questões (APÊNDICE A e APÊNDICE B), construídos no sentido de se ter uma amplitude de informações. Todos os entrevistados colaboraram com a devolução do instrumento de pesquisa. O estudo foi realizado entre novembro a dezembro de 2019, após parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa da instituição vinculada as autoras.

Resultados e Discussão

Perfil do Projeto Político Pedagógico

De acordo com o Projeto Político Pedagógico, a Escola Municipal Catu de Abrantes, tem como filosofia ser referência na educação do município de Camaçari, na Bahia, para alcançar seu objetivo tem como missão “servir com excelência, por meio da educação, formando cidadãos éticos, solidários e competentes”. Entre os valores descritos para alcançar esses objetivos estão: **ética** – dar exemplo de solidez moral, honestidade e integridade e responsabilidade social – exercer a cidadania contribuindo, por meio da educação, para o desenvolvimento da sociedade e respeito ao meio ambiente; **ser humano** – propiciar tratamento justo e igualitário a todos, valorizando o trabalho em equipe, estimulando um ambiente de aprendizagem, desenvolvimento, respeito, colaboração e autoestima; **gestão** – valorizar e seguir os princípios da transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa; qualidade – estimular a inovação e a criatividade, de forma planejada e integrada, com foco nos resultados, propiciando a perenidade da organização.

A escola é o ambiente que propicia o desenvolvimento das diversas potencialidades do educando. Sua organização contempla os objetivos previstos nas leis e documentos que regem o sistema educacional brasileiro, nos quais, está previsto a inserção da Educação Ambiental nas práticas docentes. A escola é o primeiro ambiente que traz para perto da criança o contato com a pesquisa, com novas experiências e com o saber sistematizado, mas não é apenas neste espaço que o ser humano aprende (SILVA & GRZEBIELUKA, 2015).

Um desses documentos previstos na lei é justamente o Projeto Político Pedagógico, percebe-se o esforço feito por toda a equipe escolar para a construção de uma ação voltada para o cuidar do meio ambiente, no entanto, na prática os resultados nem sempre são os desejados. Constata-se no cotidiano, tentativas de realização dessas ações de forma fragmentada o que resulta em construções de conhecimento equivocados e que não trazem como resultado o que se espera que é a valorização ao meio ambiente, uma vez que é notável o descaso no uso do espaço ocupado.

A escola ainda se apresenta como um espaço privilegiado de convivência e construção de valores e princípios que devem ser ensinados visando à dignidade da pessoa humana, com base em concepções de democracia, ética, justiça e honestidade. Assim,

fundamenta-se a moral que se aprende considerando as capacidades afetivas e cognitivas, uma vez que o comportamento humano regido por regras e valores morais é construído pelo processo de entendimento e de interação promovendo em seu resultado final a humanização do indivíduo (FERREIRA, 2018).

Em relação às linhas de ação pedagógica trabalhadas, que envolvem a prática dos professores, o documento orienta para que esse profissional o faça relacionando à sua vida pessoal, individual e na interação com o coletivo. A prática e o ato de reflexão dessa prática exercida no espaço da sala de aula contribuem para o surgimento de uma ressignificação do conceito de professor, aluno, aula e aprendizagem. O professor ao assumir o papel de facilitador e mediador do conhecimento, revela-se um participante ativo da aprendizagem dos alunos, proporcionando uma aprendizagem em que o aluno seja sujeito do processo de ensino-aprendizagem.

O Projeto Político Pedagógico orienta para que o professor se mantenha em constante processo de formação continuada, o que favorece possibilitar uma atualização de conhecimentos que colaborem para melhorar a qualidade do ensino aprendizagem. Um olhar de compreensão em relação à formação continuada pode oferecer aos professores possibilidades de qualificar as práticas docentes e de prospectar novas e melhores políticas para esta finalidade (CONSALTÉR & FÁVERO & TONIETO, 2019).

Em relação à proposta de análise da pesquisa a respeito do Projeto Político Pedagógico pode ser observado que ele contempla entre uma de suas ações o projeto de Educação Ambiental intitulado de “Catu Sustentável” que tem como foco a sustentabilidade e o uso responsável dos recursos naturais. Este foi construído a partir da percepção da existência da necessidade de incentivar práticas de Educação Ambiental, socialização e troca de experiências entre todos os envolvidos da Unidade Escolar. Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico acrescenta que a Escola Municipal Catu de Abrantes tem a pretensão em promover, através de ações, a preservação e a conservação do meio ambiente (sustentabilidade) para que o aluno tome consciência de sua responsabilidade. Em suma, o Projeto Político Pedagógico, deixa claro a ideia do professor reflexivo que possa proporcionar uma ação educativa, cujo objetivo é romper com as visões simplistas de tratar o conhecimento, transformando-os e atos críticos. Por isso, a necessidade de parar, rever, reorganizar e continuar essa ação.

No entanto essa ação não condiz com a realidade observada, a exemplo da produção que é realizada com material reciclado durante o desenvolvimento de um projeto

e no final dele os objetos construídos acabam virando na maioria das vezes lixo, outro exemplo são as hortas construídas em garrafas pets ficam bonitas até a hora de fazer as fotos, e logo em seguidas são deixadas de lado. Esses fatos podem estar relacionados com a carência de informações necessárias para um trabalho mais expressivo no sentido de mudanças de atitudes.

A fim de alcançar a perspectiva crítica da Educação Ambiental, é necessário que se tenha um Projeto Político Pedagógico estruturado que remeta às questões socioambientais relacionadas ao cotidiano, assim como um questionamento acerca do atual modelo de relação sociedade-natureza (CORDEIRO, 2019).

O Projeto Político Pedagógico é um importante instrumento de construção coletiva dentro da proposta escolar que norteia a execução de atividades para alcançar os objetivos preestabelecidos, fazendo com que se promova o exercício da cidadania e a edificação da identidade escolar, primando pela gestão democrática, cujas principais referências são a LDB e a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017).

A análise constatou que o Projeto Político Pedagógico foi revisado em 2018 e que o projeto de Educação Ambiental não tinha sido contemplado nesta revisão, vale ressaltar que o prazo para a concretização de suas ações se estabelecia entre os anos de 2014 e 2017. Esse achado chamou a atenção para a fundamentação dos resultados dessa pesquisa, já que a proposta é fortalecer ações no âmbito a Educação Ambiental através deste documento, portanto se faz necessário uma releitura com vistas à inserção dessa temática.

Considerando que o Projeto Político Pedagógico é o norteador de todo trabalho desenvolvido e da autonomia da escola no sentido de direcionar o seu funcionamento, este documento deve encaminhar todas as atividades desenvolvidas e ter como objetivo principal atender aos dos educandos e de toda comunidade escolar na busca de conhecimentos que os levem a melhorar sua condição de vida. Nesse sentido devemos estar atentos a sua atualização para que o mesmo realmente atenda às suas atribuições (VASCONCELLOS, 2010).

Diante do exposto, foi necessário um aprofundamento da pesquisa para entender o que gestores e professores pensam sobre essa temática, para que a partir daí possa se pensar, conjuntamente, a viabilidade dessa proposta.

Compreensão dos gestores sobre Educação Ambiental

Para início de pesquisa foram selecionados 5 gestores, distribuídos em diferentes funções. Os gestores foram inicialmente questionados a respeito do interesse pessoal sobre as questões ambientais e dos cinco, 3 afirmaram estarem muito interessados. Em seguida, a pergunta foi em relação aos novos paradigmas que atendem as reflexões ambientais, que teve como resultado o consenso entre os 5 pesquisados que concordaram que a Educação Ambiental não pode ser analisada apenas do ponto de vista ambiental, ela também precisa ser entendida a partir de aspectos econômicos, sociais, éticos e outros.

Vale ressaltar que no modelo atual de educação, a gestão democrática possibilita um diálogo que permite que todos da equipe escolar participem e contribuam na implementação dos projetos pedagógicos, o que torna o ensino-aprendizagem muito mais significativo para nossos docentes, o gestor tem um papel primordial de incentivar a prática em todo ambiente escolar seguindo as proposições que o MEC recomenda (GADOTTI, 2013).

Nesse contexto, o posicionamento dos gestores da escola é de fundamental importância, porque eles surgem como parte dessa dinâmica social colaborando como articuladores da diversidade para dar-lhe unidade e consistência. No entanto, quando no tocante ao interesse pelas questões ambientais não era esperado que dois deles não demonstrassem o interesse por essas questões tão atuais e urgentes, embora entendam que os problemas ambientais precisam partir de novos paradigmas que contemplem uma direção mais sistêmica e complexa da sociedade e, portanto uma responsabilidade conjunta.

No que concerne a formação de conceitos referentes à Educação Ambiental foram questionados aos gestores se os termos Lixo e Resíduo tinham o mesmo significado, 3 dos pesquisados demonstraram equívoco ao responder que sim, enquanto apenas 2 dos entrevistados, declararam que lixo e resíduo apresentam conceitos distintos.

Para tratar deste assunto de forma mais coerente, é preciso diferenciar lixo de resíduos sólidos – restos de alimentos, embalagens descartadas, objetos inservíveis quando misturados, de fato tornam-se lixo e seu destino passa a ser, na melhor das hipóteses, o aterro sanitário. Porém, quando separados em materiais secos e úmidos, passamos a ter resíduos reaproveitáveis ou recicláveis. O que não tem mais como ser aproveitado na cadeia do reuso ou reciclagem, denomina-se rejeito. Não cabe mais, portanto, a denominação de lixo para aquilo que sobra no processo de produção ou de consumo. Marcar estas diferenças

é de suma importância levando clareza na compreensão destes conceitos é o que permite avançar na construção de um novo paradigma que supere, inclusive o conceito de limpeza urbana (GRIMBERG, 2005).

Essa análise mostra que existe a necessidade de aprofundamento de conceitos, relacionados à temática, uma vez que são definições diferentes e que precisam ser compreendidas para que a sociedade possa tomar as corretas atitudes em relação a cada um desses problemas urbanos.

No tocante ao desenvolvimento de projetos voltados para o cuidado com o meio ambiente 2 dos gestores entrevistados afirmaram que são desenvolvidos na escola de maneira contínua, por outro lado 3 afirmam que são desenvolvidos, mas de forma esporádica.

Para a realização dos processos de educação, planejamento e gerenciamento voltados para as questões ambientais é importante considerar que possa vir a existir um entendimento dos indivíduos envolvidos no decorrer do desenvolvimento desses projetos para que se concretize com coesão. A Educação Ambiental, não deve fazer parte apenas do projeto político pedagógico da escola, ela deve fazer parte da cultura escolar, para tanto é necessária uma prática cotidiana (MAGALHÃES, 2006).

Neste caso, o projeto citado pelos gestores é o “Catu Sustentável”, realizado de forma esporádica, durante um período específico, e que de fato rebate a afirmação de alguns gestores, já que o projeto não acontece de forma contínua. Para que venha a acontecer é preciso que haja um entendimento a partir do diálogo entre gestores e professores de modo que possam em conjunto colocar em prática essa ação.

Segundo informações dos gestores, 100% dos alunos participam e se envolvem com os projetos realizados na escola. Portanto, para garantir que esse interesse se torne uma prática rotineira, é preciso implantar no Projeto Político Pedagógico ações que contemplem a Educação Ambiental, de forma interdisciplinar, e que venham contribuir para efetivar ou construir novas visões e comportamentos, ecologicamente, corretos.

Com a perspectiva de analisar as práticas de Educação Ambiental no cotidiano da escola, foi questionado se no espaço escolar estão disponíveis coletores específicos para separar os resíduos, e unanimemente os gestores disseram não existem recipientes que considerem essa separação.

Vale ressaltar que a proposta da coleta seletiva do resíduo escolar é uma ação educativa que visa investir na mudança de mentalidade como elo para trabalhar a transformação da consciência ambiental. De acordo com os PCN (MEC, 2000), a Educação Ambiental deve ser um processo permanente em que os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente, adquirindo conhecimentos, valores e habilidades a fim de se tornarem aptos a agir individualmente e coletivamente na resolução dos problemas ambientais presentes e futuros. Para tanto, será necessário que a escola proporcione um ambiente escolar saudável e coerente com aquilo que pretende que seus alunos aprendam, a fim de que possa, de fato, contribuir para a formação de cidadãos conscientes de suas responsabilidades com o meio ambiente.

Diante do exposto e para finalizar a pesquisa junto aos gestores, foi questionado sobre a importância de inserir de forma permanente teorias e práticas ambientais na escola voltadas para cuidar do meio ambiente, todos os pesquisados ratificaram a importância.

Dentro do contexto educacional, a Educação Ambiental tem como objetivo disseminar conhecimento sobre o meio ambiente, a fim de ajudar à sua preservação e utilização sustentável dos seus recursos. Precisa ser um processo permanente e que possa colaborar para aquisição de conhecimentos, habilidades, experiências, e valores que tornem os indivíduos capazes de agir individualmente ou coletivamente na busca de soluções para os problemas ambientais presentes e futuros (SILVA, 2012).

Portanto o compromisso com a sustentabilidade é responsabilidade de todos os segmentos da sociedade, no entanto no âmbito educacional esse compromisso se reforça devido ao poder que a educação tem de influenciar essas ações. Sendo assim é preciso estar disposto as mudanças, e a colaboração dos gestores é imprescindível para firmar esse compromisso e garantir seu sucesso.

Compreensão dos professores sobre Educação Ambiental

Foram pesquisados 12 professores, distribuídos em diferentes disciplinas (Tabela 1).

Tabela 1: Número de professores por disciplina na Escola Municipal Catu de Abrantes

Disciplinas	Nº de professores por disciplina
Português	2
Matemática	2
História	1

Geografia	1
Inglês	2
Artes	1
Ciências	2
Educação Física	1
Total	12

Fonte: Autoria própria (2019).

Para iniciar a pesquisa junto aos professores, foi questionado se a disciplina de trabalho do docente contemplava Educação Ambiental na matriz curricular. Dos 12 professores pesquisados, 7 responderam que sim, enquanto 4 disseram que não contempla, apenas 1 professor afirmou não saber se contempla.

Os conteúdos precisam se dirigir para um mesmo fim se integrando entre as disciplinas de maneira a garantir sua compreensão a partir de diversas abordagens, se concretizando de forma interdisciplinar, o que ressalta sua abrangência e necessidade dentro da Educação Ambiental (SATO, 2002).

Percebe-se a inclusão da Educação Ambiental em algumas disciplinas do currículo do Ensino Fundamental- Anos Finais. No entanto, os resultados mostram que apesar da maioria perceber essa inclusão, faz-se necessário um trabalho mais efetivo para que todas as disciplinas possam trabalhar com Educação Ambiental já que as reflexões precisam dialogar com ambas.

Na sequência, os professores responderam a respeito de conceitos referentes à Educação Ambiental, onde foi feito o seguinte questionamento: “Tudo que é reutilizável e pode ser reciclado ou remanejado para outra pessoa ou função pode ser chamado de...”, seguido das seguintes alternativas a ser escolhidas: lixo, resíduo e não sei. Nesta análise 3 dos professores responderam lixo, 7 responderam resíduo e 2 não souberam diferenciar. Tal resultado ratifica que quase metade dos respondentes, realmente, desconhece o termo correto.

Popularmente o termo resíduo é tido praticamente como sinônimo de lixo, no entanto, o lixo constitui-se de material que não pode mais ser aproveitado. Por outro lado, qualquer material que volte a se tornar matéria-prima de um novo produto ou processo, passa a ser um resíduo (OLIVEIRA, 2006).

Diante desse resultado, fica evidente a falta de clareza no entendimento desses conceitos e a necessidade de levar formação aos professores no sentido de explorar a temática. Essa informação constitui-se como um ponto de partida para uma reflexão que possa vir fundamentar práticas que sejam capazes de minimizar os crescentes agravos ambientais que estamos vivenciando, sem formação adequada esse processo tende a ser construído de forma equivocada, o conhecimento do professor a respeito dos conhecimentos que fundamentam a Educação Ambiental é fundamental, a partir daí a troca de saberes com a comunidade escolar tende a gerar uma riqueza de informações que proporcionem práticas que sejam de fato condizentes com a formação de uma cultura do cuidar de forma correta.

Partindo do princípio que esses profissionais precisam avançar na formação de conceitos a respeito da Educação Ambiental, foi questionado quais seriam suas maiores dificuldades ao trabalhar temas relacionados ao meio ambiente com seus alunos, 7 dos professores responderam não ter dificuldade, enquanto 3 responderam faltar capacitação na disciplina que lecionam, apenas 2 afirmaram encontrar dificuldades em inserir Educação Ambiental na disciplina que trabalha.

A compreensão de conceitos reforça a importância da Educação Ambiental para a construção da cidadania, sendo que compete ao professor buscar e promover mudanças de caráter teórico-pedagógicas a partir da união e integração dos objetivos da pedagogia crítica e do pensamento da complexidade (LEFF, 2003).

É relevante o número de professores que encontram dificuldade em lidar com a temática ambiental, é preciso encontrar meios que possam colaborar para inserção valiosa desses conhecimentos em cada uma das disciplinas desses profissionais como forma de construção desse conhecimento tão necessário na realidade atual.

Por fim, ao serem questionados se existe na escola um trabalho permanente que oriente os alunos a cuidarem do meio ambiente, 11 dos professores responderam que não, apenas 1 confirmou existir.

A Educação permanente dentro do processo de construção de conhecimento gera consequências no âmbito individual e coletivo e pode operar transformações sociais, econômicas e culturais colaborando para a revisão de concepções, comportamentos, modos de agir e estilos de vida. Esse modo de conceber a Educação Permanente reitera a dupla

dimensão reproduzir/transformar e enfatiza que os processos educativos tanto podem mediar a manutenção de determinadas práticas sociais e de valores (SILVA, 2008).

Essa informação reforça a necessidade de levar a discussão para o grupo e buscar meios para que esse seja de fato um trabalho interdisciplinar que insista na necessidade de se efetivar e trazer resultados visíveis para a comunidade escolar. Condicionar o cérebro humano para que ele adquira novos hábitos requer tempo e esforço, daí a insistência em trabalhar constantemente na busca de internalizar esses valores culturais em prol da sobrevivência da vida no planeta.

Considerações finais

Foi constatado que o projeto voltado para as ações ambientais não tinha sido contemplado na sua última revisão do Projeto Político Pedagógico e portanto, teoricamente já estava invalidado sendo que na prática o que acontece são tentativas fragmentadas de trabalhos com Educação Ambiental gerando muitas vezes resultados equivocados. Foi possível perceber através da pesquisa que professores e gestores têm em sua grande maioria informações desconhecidas a respeito do entendimento de conceitos referentes a Educação Ambiental, o que demonstra uma a necessidade urgente de formação, que pode inclusive acontecer, a partir das discussões, envolvendo todo o segmento escolar.

É preciso de fato fazer com que os envolvidos na construção do conhecimento escolar possam entender a urgência que se faz na construção de práticas sustentáveis para manutenção da vida. Não cabe mais fantasiar, a realidade nos expõe o quanto é urgente tratarmos dessas questões principalmente nas escolas que são espaços onde se pode formar multiplicadores.

A comprovação de que a escola não trabalha de forma permanente com teorias e práticas de Educação Ambiental e o consenso dos pesquisados quanto a importância da implantação dessa temática, aponta para o resultado positivo deste trabalho visando colaborar para atender o objetivo geral desta pesquisa que tem como proposta a implantação de um plano de ação permanente de Educação Ambiental (APÊNDICE C) com base numa construção coletiva e que tenha como garantia sua inserção no Projeto Político Pedagógico.

Nesta perspectiva, o desenvolvimento de atividades ligadas à Educação Ambiental pode vir a colaborar para proporcionar um fortalecimento da identidade da comunidade

escolar com o seu espaço de vivência e, conseqüentemente, atender o propósito de colocar em prática o exercício da cidadania para a sustentabilidade.

Referências

ABETRE. Associação Brasileira de Empresas de Resíduos Sólidos. (2014). *Classificação de Resíduos Sólidos - Norma ABNT NBR 10.004:2004*. (2a ed.). Rio de Janeiro: 2014. Disponível em: <http://www.abetre.org.br/estudos-e-publicacoes/publicacoes/publicacoes-abetre/classificacao-de-residuos>. Acesso em: 08 ago. 2019.

BENITEZ, P.; DOMENICONI, C. (2014). Capacitação de agentes educacionais: proposta de desenvolvimento de estratégias inclusivas. *Revista Brasileira Educação Especial*, 20, 3, 371-386. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382014000300005>

BONATTO, A., Barros, C. R., GEMELI, R. A., LOPES, T. B., & FRISON, M. D. (2012). Interdisciplinaridade no ambiente escolar. *Anais do IX ANPED*, Caxias do Sul, 9. Recuperado em 20 novembro, 2019, de: <http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2414/501>.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (2001). [Coleção Saraiva de Legislação]. (21a ed.). São Paulo: Saraiva.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006 / Ministério do Meio Ambiente. – Brasília: MMA/SBF, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 2 de 15 de junho de 2012. Estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a educação ambiental. Brasília, 2012. Disponível em: <http://conferenciainfante.mec.gov.br/images/conteudo/ivcnijma/diretrizes.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2020.

Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. (2006, 22 dezembro). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília.

Lei nº 9795 de 27 de abril de 1999. (1999, 28 de abril). Institui a Política Nacional Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília.

Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. (2010, 3 de agosto). Institui a Política Nacional dos Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília.

Campos, A. C. S.; Estender, A. C.; Macedo, D. (2015). O Ambiente e a Sustentabilidade no Ramo Hoteleiro. *Revista de Administração do UNISAL*, São Paulo, 5, 7, 2015.

CORDEIRO, T. M. (2019). *A Dimensão Política da Educação Ambiental no Projeto Político Pedagógico (PPP) de um Colégio Estadual em um município no sudoeste do Paraná*. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Dois Vizinhos, PR, Brasil.

Consaltér, E.; Fávero, A. A.; Tonieto, C. (2019). A formação continuada de professores a partir de três perspectivas: o senso comum pedagógico, pacotes formativos e a práxis pedagógica. *Educação em Perspectiva*, 10. <https://doi.org/10.22294/eduper/ppge/ufv.v10i.7121>

CHAVES, M. C. (2005) *Sustentabilidade dos Meios de Hospedagem: Uma Abordagem Centrada no Complexo Blue Tree Alvorada*. Trabalho de Conclusão de Curso, Centro Universitário de Brasil, Brasília-DF, Brasil.

FERREIRA, P. E. (2018). *A honestidade como valor moral: uma construção possível e necessária na escola*. 2018. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

FREIRE, M. A. Educação para a Sustentabilidade: Implicações para o Currículo Escolar e para a Formação de Professores. (2007). *Pesquisa em Educação Ambiental*, São Paulo, 2, 1, 141-154. <http://dx.doi.org/10.18675/2177-580X.vol2.n1.p141-154>.

FURTADO, J. S. (2005). *Sustentabilidade Empresarial: Guia de Práticas Econômicas, Ambientais e Sociais*. Salvador: NEAMA/ CRA.

GADOTTI, M. (2013). *Gestão Democrática da Educação com Participação Popular no Planejamento e na Organização da Educação Nacional*. São Paulo: Editora e Leitura, Instituto Paulo Freire.

GRIMBERG, E. (2005). A Política Nacional dos Resíduos Sólidos: a responsabilidade das empresas e a inclusão social. In E. GRIMBERG. *Gestão de resíduos, valorização e participação*. Rio Claro: UNESP.

Grzebieluka, D.; Silva, J. A.(2015). Educação ambiental na escola: do Projeto Político Pedagógico a prática docente. *Revista Monografias Ambientais*, [S.l.], 76-101. ISSN 2236-1308. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/view/18693>. Acesso em: 29 mar. 2020.

LEFF, E. (2003). *A Complexidade Ambiental*. Tradução de Eliete Wolff. São Paulo: Cortez.

Magalhães, H. G. D. (2006). O conceito de gestão escolar na ecopedagogia. *REMEA Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, 17. <https://doi.org/10.14295/remea.v17i0.3085>

Martins, J. P. A. & Schnetzler, R. P. (2018). Formação de professores em educação ambiental crítica centrada na investigação-ação e na parceria colaborativa. *Ciência & Educação*, Bauru, 24, 3, 581-598. <https://doi.org/10.1590/1516-731320180030004>

Medeiros, A. B. & Mendonça, M. J. S. L. & Sousa, G. L. & Oliveira, I. P. (2011). A Importância da Educação Ambiental na Escola nas Séries Iniciais. *Revista Faculdade Montes Belos*, 4, 1, 1-17.

Minayo, M. C. de S.; Sanches, O. (1993). Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? *Cad. Saúde Pública*, 9, 3, 237-248. ISSN 0102-311X.

MEC. Secretaria de Educação Fundamental. (2000). (2 ed.). *Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente: saúde*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A.

MOURA, A. M. M. (2016). *Governança Ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas*. Brasília: IPEA.

ONU. *Organizações das Nações Unidas no Brasil*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-no-brasil/> Acesso em: 07 set. 2019.

OLIVEIRA, N. A. da S. (2006). *A percepção dos resíduos sólidos (lixo) de origem domiciliar, no Bairro Cajuru-Curitiba-PR: um olhar reflexivo a partir da educação ambiental*. (Dissertação de mestrado), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

Moura, A. C. de Oliveira Salgueiro de & MONTEIRO, Alice Fogaça. (2019). Articulação da Metodologia das Ondas com as Diretrizes Curriculares de Educação Ambiental. *Debates em Educação*, 11, 23, 250-262. <http://dx.doi.org/10.28998/2175-6600.2019v11n23p250-262>

- Pecattello, A. F. O. (2011). Políticas públicas ambientais no Brasil: da administração dos recursos naturais (1930) à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000). *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 24, 71-82. <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v24i0.21542>
- REIGOTA, M. (2002). *Meio Ambiente e Representação Social*. São Paulo: Cortez.
- RELATÓRIO BRUNDTLAND. “*NOSSO FUTURO COMUM*” – definição e princípios. Recuperado em 4 de abril, 2019, de <http://www.inbs.com.br/ead>.
- SATO, M. (2002). *Educação Ambiental*. São Carlos: Rima.
- SILVA, D. G. (2012). A importância da educação ambiental para a sustentabilidade. Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras, São Joaquim, RS, Brasil.
- SILVA, A. T. R. (2008). Educação Ambiental Permanente: uma reflexão a luz da Teoria da Complexidade. *Anais- IV ENAMPPAS*, Brasília – DF, Brasil, 2008. Recuperado em março, 2019, de <http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT9-253-80--ESzwq8y>.
- SILVA, M. B. G. da. (2006). *Organização curricular da escola e avaliação da aprendizagem*. Texto organizado para uso didático da interdisciplinar do Ensino Fundamental, do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.
- Silva, C. O. & XIMENES, L. C. de L. & OLIVEIRA, M. H. C. de. (2016). Educação ambiental no ensino fundamental II: o lugar que temos o lugar que queremos. *Geografia Ensino & Pesquisa*, 2, 45-59. <http://dx.doi.org/10.5902/2236499416687>.
- SACRISTÁN, J. G. (2000). *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: Artmed.
- TREVISOL, J. V.; SORRENTINO, M. (2013). *A Educação Ambiental em uma Sociedade de Risco: tarefas e desafios na construção da sustentabilidade*. Joaçaba: Unoesc.
- Teixeira, L. A. & Tozoni-reis, M. F. C. & Talamoni, J. L. B. (2011). A teoria, a prática, o professor e a educação ambiental: algumas reflexões. *Olhar de Professor*, 14, 2, 227-237. 10.5212/OlharProfr.v.14i2.0001
- VASCONCELLOS, C. dos S. (2010). *Planejamento: Projeto de Ensino Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização*. 21. ed. São Paulo: Libertad Editora.
- YIN, R. (2011). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.
- Vieiras, R. R. & Tristão, M. (2016). A educação ambiental no cotidiano escolar: problematizando os espaços tempos de formação como processos de criação. *Educação*, 1, 1, 159-170. <http://dx.doi.org/10.5902/1984644416129>.
- WEYH, CênioBack et al. (2019). A dimensão do coletivo na construção do projeto político pedagógico. *DI@LOGUS*, 8, 2, 24-35. ISSN 23164034.

4. CONCLUSÃO GERAL

É perceptível nos estudos realizados o crescimento e aprofundamento de temas que contemplam a Educação Ambiental e sua relação com as escolas. De modo significativo, esses estudos demonstram a grande importância da Educação Ambiental no sentido de impulsionar e promover mudança de comportamentos no que compete às práticas sustentáveis.

A educação ambiental, nas suas diversas possibilidades, abre espaço para repensar o papel dos professores e gestores como mediadores e transmissores de um conhecimento necessário para que os alunos adquiram uma base adequada de compreensão essencial, que possibilite para que cada indivíduo se der conta de sua responsabilidade na construção de uma sociedade ambientalmente sustentável.

A pesquisa demonstrou que os trabalhos acontecem de forma esporádica e seus reflexos não colaboram para os resultados esperados. Daí a necessidade de se efetivarem ações que tenha garantia de continuidade, como forma de gerar expectativas para que as mudanças de fato possam ser perceptíveis. Portanto, este estudo pretende colaborar para a implantação de um projeto de Educação Ambiental permanente no ambiente escolar.

Para atingir tal finalidade a proposta é revisitar o Projeto Político Pedagógico e construir de forma participativa essa ação. Vale ressaltar que o referido instrumento tem sustentação na Lei de Diretrizes da Educação nº 9.394/96, que faz referência à possibilidade de construir através dele ações educativas, a partir de decisão coletiva, compartilhando os valiosos conhecimentos que a Educação Ambiental pode ofertar para prática transformadora na construção de uma identidade escolar que respeite e valorize a natureza.

REFERÊNCIAS

ABRELPE. Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais - **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil**. São Paulo. Disponível em: <http://abrelpe.org.br/panorama/>. Acesso em: 05 ago. 2019.

AB'SABER, Aziz Nacib. (Re) conceituando educação ambiental. *In*: MAGALHÃES, Luiz Edmundo. **A questão ambiental**. 1. ed. São Paulo: Terra Graph, 1994.

ANDRADE, J. D. N. L. **Educação ambiental nas séries iniciais (2º ao 5º) na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio João Ribeiro**. 2014. 40f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Licenciatura em Geografia). Pró Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 05 out. 1988.

_____. Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 2006.

_____. Lei n° 9795, de 27 de abril de 1999. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 abr. 1999.

_____. Lei n° 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional dos Resíduos Sólidos; altera a Lei n° 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 02 ago. 2010.

_____. Ministério da Educação. Diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Parecer n.º: CNE/CP 009/2001. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, p. 31, 18 jan. 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**: proposta preliminar segunda versão revista. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <http://historiadabncc.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2019.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Projeto salas verdes chamada n° 01/2017 – criação de novas salas verdes**. Secretaria de articulação institucional e cidadania ambiental departamento de educação ambiental. 2017.

BENITEZ, P.; DOMENICONI, C. Capacitação de agentes educacionais: proposta de desenvolvimento de estratégias inclusivas. **Revista Brasileira Educação Especial**, Marília, v.20, n.3, p.371-386, 2014.

BONATTO, A., Barros, C. R., GEMELI, R. A., LOPES, T. B., & FRISON, M. D. Interdisciplinaridade no ambiente escolar. *In*: IX Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), *Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul*, 29 de julho a 1º de agosto de 2012, em Caxias do Sul. **Anais do IX ANPED**, Caxias do Sul, 9, p. 1-1, 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2414/501>. Acesso em: 20 nov. 2019.

CAMPOS, A. C. S.; ESTENDER, A. C.; MACEDO, D. O Ambiente e a Sustentabilidade no Ramo Hoteleiro. **Revista de Administração do UNISAL**, São Paulo, v. 5, n. 7. 2015.

CANNON, M. **Going beyond compliance: examining of sustainability education planning practices in US MBA business school programs**. Doctoral dissertation. University of Georgia, Athens, USA, 2010. Acesso em: 26 nov. 2019.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CAVALCANTI, C. Concepções da economia ecológica: suas relações com a economia dominante e a economia ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010.

CHAVES, M. C. **Sustentabilidade dos Meios de Hospedagem: Uma Abordagem Centrada no Complexo Blue Tree Alvorada**. 2005.106 f. Monografia. Centro Universitário de Brasil, Brasília-DF, 2005. Disponível em: <http://repositorio.uniceub.br/bitstream/235/7434/1/20173285.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2016.

CONSALTÉR, E.; FÁVERO, A. A.; TONIETO, C. A formação continuada de professores a partir de três perspectivas: o senso comum pedagógico, pacotes formativos e a práxis pedagógica. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 10, p. e019040, 29 dez. 2019.

CORDEIRO, T. M. **A Dimensão Política da Educação Ambiental no Projeto Político Pedagógico (PPP) de um Colégio Estadual em um município no sudoeste do Paraná. 2019**. 32 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas – Licenciatura), Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Dois Vizinhos, 2019.

CUBA, M. A. Educação ambiental nas escolas. **Revista de Educação, Cultura e Comunicação**, v. 1, n. 2, p. 23-31, jul./dez., 2010.

CURRIE, G.; KNIGHTS, D. Reflecting on a critical pedagogy in MBA education. *Management Learning, Save Journal*, n. 34, p. 27-49, 2003. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1350507603034001129>. Acesso em: 26 nov. 2019.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 7. ed. São Paulo: Gaia, 2001.

FERNANDES, A.V. M.; PALUDETO, M. C. Educação e Direitos Humanos: Desafios para a escola contemporânea. **Cadernos Cedes**, v. 30, n. 81, p. 233-249, 2010.

FREIRE, M. A. Educação para a Sustentabilidade: Implicações para o Currículo Escolar e para a Formação de Professores. **Pesquisa em Educação Ambiental**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 141-154, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: EGA, 1996.

FERREIRA, N. S. C. **Gestão Democrática de Educação: atuais tendências, novos desafios**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FERREIRA, P. E. **A honestidade como valor moral: uma construção possível e necessária na escola**. 2018. Dissertação (Mestrado em Docência para a Educação Básica). Programa de Pós-Graduação em Docência para a Educação Básica, Faculdade de Ciências, Universidade Estadual de São Paulo, 2018.

FURTADO, J. S. **Sustentabilidade Empresarial: Guia de Práticas Econômicas, Ambientais e Sociais**. Salvador: NEAMA/ CRA, 2005. 177 f.

GABERLOTTI, T. **Projeto Escola Sustentável em Bauru**. Bauru: UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2011. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/119201/garbelotti_t_tcc_bauru.pdf?sequence=1. Acesso em: 18 fev. 2020.

GADOTTI, M. **Gestão Democrática da Educação com Participação Popular no Planejamento e na Organização da Educação Nacional**. São Paulo: Editora e Leitura, Instituto Paulo Freire, 2013. v. 6.

GRIMBERG, E. A Política Nacional dos Resíduos Sólidos: a responsabilidade das empresas e a inclusão social. In: GRIMBERG, E. **Gestão de resíduos, valorização e participação**. Rio Claro: Laboratório de Planejamento Municipal – DEPLAN – IGCE – UNESP, 2005.

HUSS, A. C.; SALOMÃO, G. de M.; COSTA, M. P. Obsolescência programada e o direito do consumidor. **Revista Jurídica da UniFil**, v. 14, n. 14, p. 71-80, jun. 2019. ISSN 2674-7251. Disponível em: <http://periodicos.unifil.br/index.php/rev-juridica/article/view/1063>. Acesso em: 08 nov. 2019.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 118, p. 189-206, mar. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010015742003000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 set. 2019.

KONDRAT, H.; MACIEL, M. D. Educação ambiental para a escola básica: contribuições para o desenvolvimento da cidadania e da sustentabilidade. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 55, p. 825-846, dec. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782013000400002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 set. 2019.

LEFF, E. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. In: Philippi Jr., A.; TUCCI, C. E. M. T; HOGAN, D. J.; NAVEGANTES, R. (orgs). **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais**. São Paulo: Signus Editora, 2000. p. 19 -51.

_____. Pensar a complexidade ambiental. In: LEFF, E. (coord.). **A complexidade ambiental**. Tradução de Eliete Wolff. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

LIMA, G. F. C. Consumo e Resíduos Sólidos no Brasil: as contribuições da Educação Ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, n. 37, p. 47-57, set. 2015.

LOGAREZZI, A. Contribuições conceituais para o gerenciamento de resíduos sólidos e ações de educação ambiental. In: JUNIOR, Antonio Thomaz *et al.* **Resíduos sólidos no Pontal do Paranapanema**. Presidente Prudente: UNESP, 2004. 276 p.

LOURENÇÃO, C.; RASNHESKI, F.; MACHADO, F. I. Escolas do Campo: caminhos possíveis para a superação da lógica capitalista. **Educação em Foco**, Belo Horizonte, v. 22, n. 37, 2019. Disponível: <http://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/search/search?simpleQuery=escolas+do+campo&searchField=query>. Acesso em: 08 nov. 2019.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação de seus Gestores. **Em Aberto**, Dossiê Gestão Escolar e Formação de Gestores, Brasília, n. 72, p.11-34, jun. 2000.

MAGALHÃES, H. G. D. O conceito de gestão escolar na ecopedagogia. **REMEA Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 17, jul. dez. 2006.

MARTINS, J. P. A.; SCHNETZLER, R. P. Formação de professores em educação ambiental crítica centrada na investigação-ação e na parceria colaborativa. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 24, n. 3, p. 581-598, 2018.

MARQUES, Jessica Isadora Santana. **Práticas de Logística Verde**: Uma análise sobre a aderência às práticas de logística verde pelas empresas brasileiras que apresentam relatório de sustentabilidade. 2013. 82f. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2013.

Macedo, M. A.; Ramos, M. C. Educação Ambiental e Resíduos Sólidos Urbanos: Caminho para um Futuro Sustentável. **Eduser - Revista de Educação**, v. 7, n. 2, 2015. Disponível em: <https://www.eduser.ipb.pt/index.php/eduser/article/view/65>. Acesso em: 20 dez. 2017.

MEC. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: meio ambiente: saúde. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

MEDEIROS, A. B.; MENDONÇA, M. J. S. L.; SOUSA, G. L.; OLIVEIRA, I. P. A Importância da Educação Ambiental na Escola nas Séries Iniciais. **Revista Faculdade Montes Belos**, Montes Belos, v. 4, n. 1, p. 1-17, set. 2011. Disponível em: <http://revista.fmb.edu.br/index.php/fmb/article/view/30/26>. Acesso em: 06 out. 2019.

MELLO, S. S. de; TRAJBER, R. (org). **Vamos cuidar do Brasil**: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007.

MOURA, A. M. M. **Governança Ambiental no Brasil**: instituições, atores e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2016.

MOURA, A. C. de O. S.; MONTEIRO, A. F. Articulação da Metodologia das Ondas com as Diretrizes Curriculares de Educação Ambiental. **Debates em Educação**, Maceió, v. 11, n. 23, p. 250-262, apr. 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/6147>. Acesso em: 26 nov. 2019.

NASCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012.

OLIVEIRA, K. A. de; PAGLIOSA CORONA, H. M. A percepção ambiental como ferramenta de propostas educativas e de políticas ambientais. **Revista Científica ANAP Brasil**, v. 1, n. 1, mar. 2011. ISSN 1984-3240. Disponível em: http://amigosdanatureza.org/publicacoes/index.php/anap_brasil/article/view/4. Acesso em: 09 nov. 2019.

ONU. **Objetivos do Milênio para a Sustentabilidade**. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 26 nov. 2019.

_____. **Organizações Nações Unidas**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-meio-ambiente-aponta-lacunhas-na-reciclagem-global-de-plastico/>. Acesso em: 08 nov. 2019.

ONU BRASIL. **Organizações Nações Unidas no Brasil**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-no-brasil/>. Acesso em: 07 set. 2019.

PECATTELLO, A. F. O. Políticas públicas ambientais no Brasil: da administração dos recursos naturais (1930) à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000). **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 24, p. 71-82, jul./dez. 2011.

PRUDÊNCIO, C. A. V. **Perspectiva CTS em estágios curriculares em espaços de divulgação científica**: contributos para a formação inicial de professores de ciências e biologia. 2013. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 1994. Coleção Primeiros Passos, v.292.

RELATÓRIO BRUNDTLAND. “**NOSSO FUTURO COMUM**” – definição e princípios. Disponível em: <http://www.inbs.com.br/ead>. Acesso em: 4 abr. 2019.

ROOS, A.; BECKER, L. S. B. Educação ambiental e sustentabilidade. **Revista Eletrônica em Gestão, educação e Tecnologia Ambiental, Santa Maria**, v. 5, n. 5, p. 857-866, 2012. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs2.2.2/index.php/reget/article/view/4259>. Acesso em: 07 set. 2019.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2000

SATO, M. **Educação Ambiental**. São Carlos: Rima, 2002.

SERAPIONI, M. Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 187-192, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232000000100016&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 fev. 2020.

SILVA, Ana T. R. Educação Ambiental Permanente: uma reflexão a luz da Teoria da Complexidade. *In*: IV Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedades - IV ENAMPPAS “Mudanças ambientais globais: a contribuição da ANPPAS ao debate”, Brasília, 2008. **Anais- IV ENAMPPAS**, Brasília – DF, 2008. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT9-253-80-20080418103918.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.

SILVA, C. O.; XIMENES, L. C. de L.; OLIVEIRA, M. H. C. de. Educação ambiental no ensino fundamental II: o lugar que temos o lugar que queremos. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, p. 45-59, set. 2016. ISSN 2236-4994. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/16687>. Acesso em: 18 nov. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.5902/2236499416687>.

SILVA, D. G. **A importância da educação ambiental para a sustentabilidade**. 2012. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Biológicas com ênfase e Gestão Ambiental). Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras, São Joaquim, 2012.

SILVA, M. M. P.; LEITE, V. D. Estratégias metodológicas para formação de educadores ambientais do ensino fundamental. *In*: XXVII Congresso Interamericano de Engenharia Sanitária e Ambiental, Porto Alegre, 2000. **Anais XXVII Congresso Interamericano de Engenharia Sanitária e Ambiental**, Porto Alegre, 2000.

SILVA, M. B. G. da. **Organização curricular da escola e avaliação da aprendizagem**. Texto organizado para uso didático da interdisciplina do Ensino Fundamental, do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2006.

TEIXEIRA, L. A.; TOZONI-REIS, M. F. C.; TALAMONI, J. L. B. A teoria, a prática, o professor e a educação ambiental: algumas reflexões. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 14, n. 2, p. 227-237, jan./jul. 2011.

TREVISOL, J. V.; SORRENTINO, M. **A Educação Ambiental em uma Sociedade de Risco: tarefas e desafios na construção da sustentabilidade**. 1. ed. Joaçaba: Unoesc, 2013.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Planejamento: Projeto de EnsinoAprendizagem e Projeto Político-Pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização**. 21. ed. São Paulo: Libertad Editora, 2010.

VEIGA, I. P. A. Projeto político-pedagógico: Um convite à reflexão. *In*: VEIGA, I. P. A.; RESENDE, L. M. G. de. (orgs.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. 17. ed. Rio de Janeiro: Papirus Editora, 1998.

VEIGA, J. E. O principal desafio do século XXI. **Ciência e Cultura**, Campinas, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 4-5, 2005. Acesso em 25 Nov. 2019.

VIEIRAS, R. R.; TRISTÃO, M. A educação ambiental no cotidiano escolar: problematizando os espaçostempos de formação como processos de criação. **Educação**, Santa Maria, v. 1, n. 1, p. 159-170, 2016.

WEYH, C. B. et al. A dimensão do coletivo na construção do projeto político pedagógico. **DI@LOGUS**, v. 8, n. 2, p. 24-35, jun. 2019. ISSN 23164034. Disponível em: <http://www.revistaeletronica.unicruz.edu.br/index.php/Dialogus/article/view/8342>. Acesso em: 25 nov. 2019.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

APÊNDICE A- Questionário de entrevista professores da Escola Municipal Catu de Abrantes

Práticas pedagógicas: Educação ambiental para consumo consciente de produtos geradores de resíduos

Entrevistador: Arlinda Maria Professora

Orientadora: Profa. Dra. Kátia Benati

1. Qualifique seu interesse pelos assuntos relacionados com o Meio Ambiente?

Muito interessado

Razoavelmente interessado

Pouco interessado

Nenhum interesse

Não sei

2. A solução para os problemas ambientais, ao seu ver, depende mais:

Das pequenas ações de todos, no dia-a-dia.

Das decisões do governo e das grandes empresas.

Não sei

3. Como a Educação Ambiental pode ser analisada?

Apenas do ponto de vista ecológico.

Não apenas do ponto de vista ecológico, mas também a partir de aspectos políticos, econômicos, sociais, éticos, entre outros.

4. Lixo e Resíduo tem a mesma definição ?

5. sim

6. não

7. Não sei.

5. Tudo que é reutilizável, e pode ser reciclado ou remanejado para outra pessoa ou função pode ser chamado de:

- Lixo
- Resíduo
- Não sei.

6. A escola desenvolve projetos que estejam voltados para o cuidado com o meio ambiente?

- Desenvolve de forma esporádica.
- Desenvolve de forma contínua
- Não desenvolve.

7. Quantos professores da escola estão envolvidos no desenvolvimento dos projetos?

- De 1 até 5
- De 6 até 10
- Mais de 10

8. Quanto à participação e o envolvimento dos alunos nos projetos, pode-se dizer que?

- Participam e se envolvem.
- Participam mais não se envolvem.
- Não participam.

9. A Escola disponibiliza coletores específicos para separar o que não está sendo mais usado na Escola?

- sim
- não

10. Seria importante que a escola trabalhasse de forma permanente teorias e práticas para ensinar os alunos a cuidarem do meio ambiente?

- sim
- não

APÊNDICE B- Questionário de entrevista professores da Escola Municipal Catu de Abrantes

Práticas pedagógicas: Educação ambiental para consumo consciente de produtos geradores de resíduos

Entrevistador: Arlinda Maria Professora

Orientadora: Profa. Dra. Kátia Benati

1. Qual disciplina leciona?

- Português
- Inglês
- Matemática
- História
- Geografia
- Artes
- Ciências
- Filosofia
- Educação Física
- Religião
- Outra Qual? _____

2. Qualifique seu interesse pelos assuntos relacionados com o Meio Ambiente?

- Muito interessado
- Razoavelmente interessado
- Pouco interessado
- Nenhum interesse
- Não sei

3. A matriz curricular de sua disciplina contempla educação ambiental?

- Sim
- Não
- Não sei

4. Na sua opinião, em quais disciplinas pode-se trabalhar as questões ambientais? []

Português

[] Inglês

[] Matemática

[] História

[] Geografia

[] Artes

[] Ciências

[] Filosofia

[] Educação Física

[] Religião

[] Outra Qual? _____

5. Como a Educação Ambiental pode ser analisada?

[] Apenas do ponto de vista ecológico.

[] Não apenas do ponto de vista ecológico, mas também a partir de aspectos políticos, econômicos, sociais, éticos, entre outros.

6. Lixo e Resíduo tem a mesma definição?

[] sim

[] não

[] Não sei.

7. Tudo que é reutilizável, e pode ser reciclado ou remanejado para outra pessoa ou função pode ser chamado de:

[] Lixo

[] Resíduo

[] Não sei.

8. A escola desenvolve projetos que estejam voltados para o cuidado com o meio ambiente?

[] Apenas em um período específico do ano letivo.

[] Em vários momentos no decorrer do ano letivo.

[] Nunca

9. Quais são as maiores dificuldades de trabalhar temas relacionados ao meio ambiente e educação ambiental com seus alunos?

Não tenho dificuldade.

Falta capacitação na disciplina que trabalho.

Dificuldade em inserir Educação Ambiental na disciplina que trabalho.

Não tenho interesse em abordar esse tema.

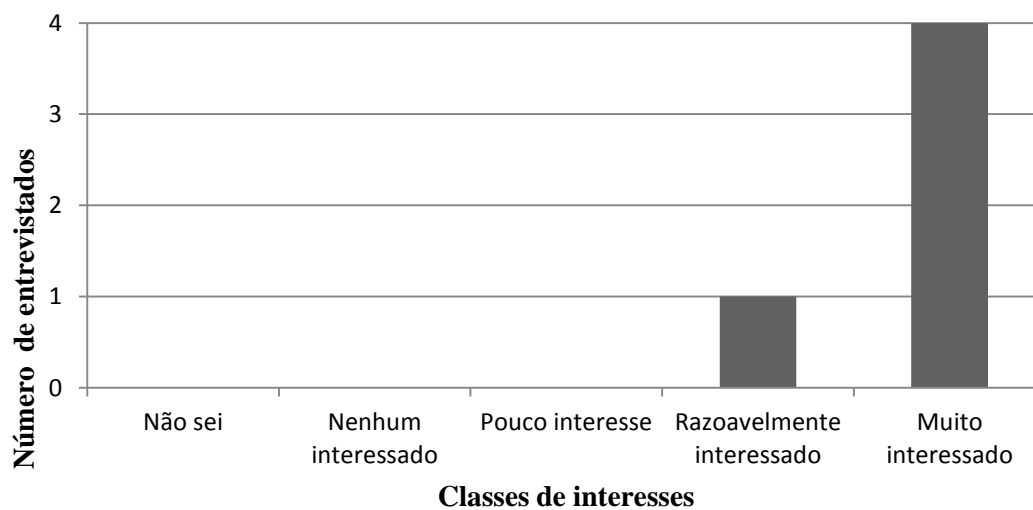
10. A escola trabalha de forma permanente com teorias e práticas para ensinar os alunos a cuidarem do meio ambiente?

sim

não

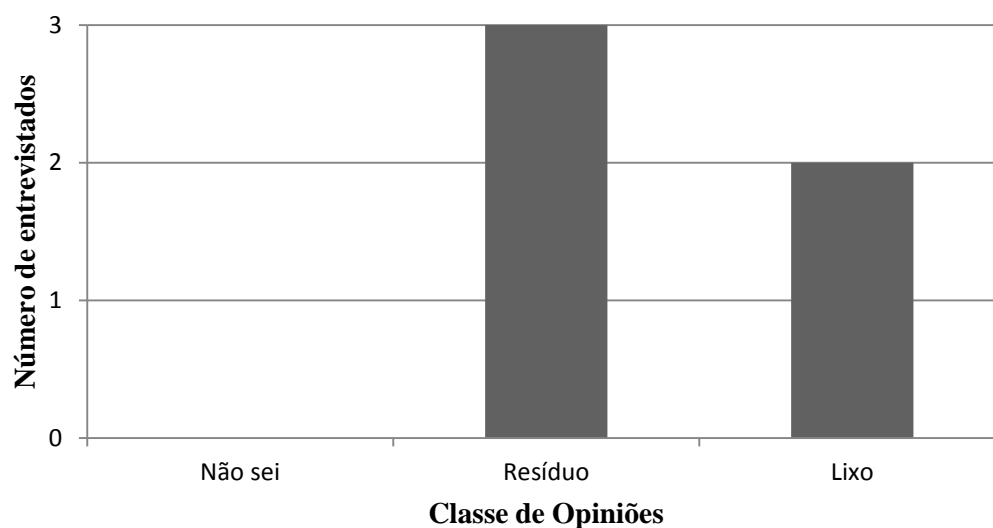
APÊNDICE C– Resultados dos Questionários

Figura 1: Avaliação do interesse dos gestores da Escola Municipal Catu de Abrantes por assuntos relacionados com o Meio Ambiente



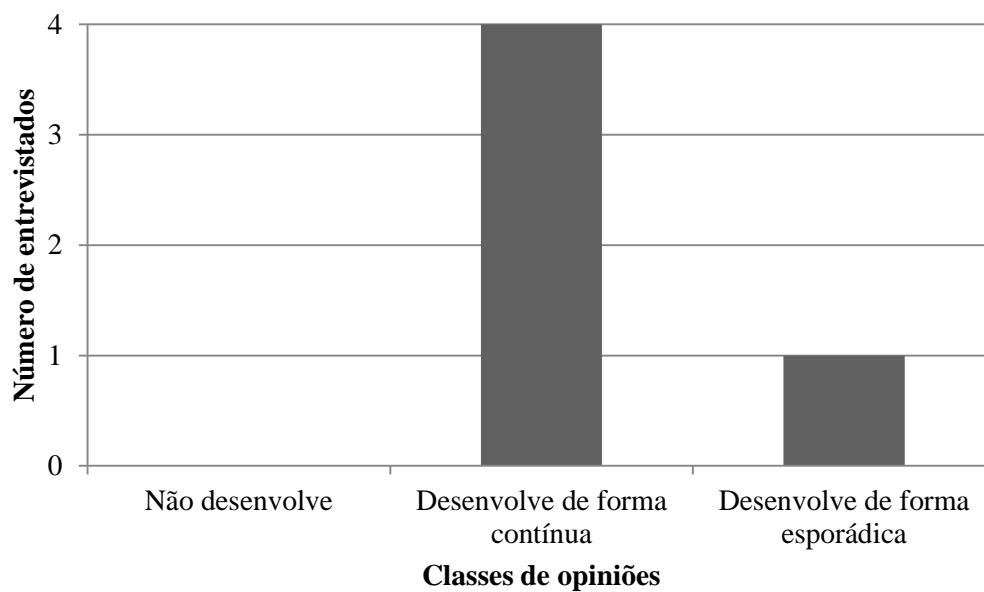
Fonte: Autoria própria (2019).

Figura 2: Entendimento dos gestores da Escola Municipal Catu de Abrantes a respeito dos conceitos Lixo e Resíduo



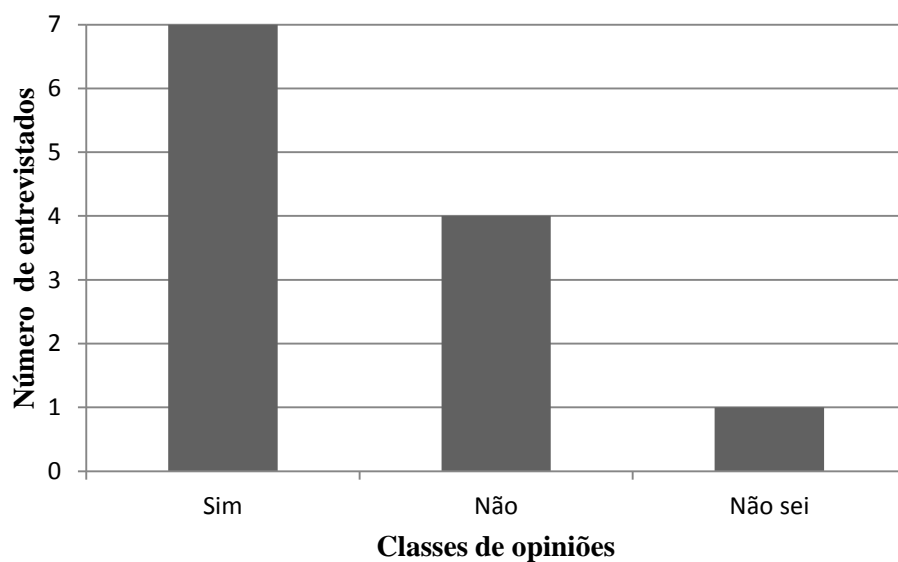
Fonte: Autoria própria (2019).

Figura 3: Abordagem sobre os projetos de Educação Ambiental desenvolvidos na Escola Municipal Catu de Abrantes



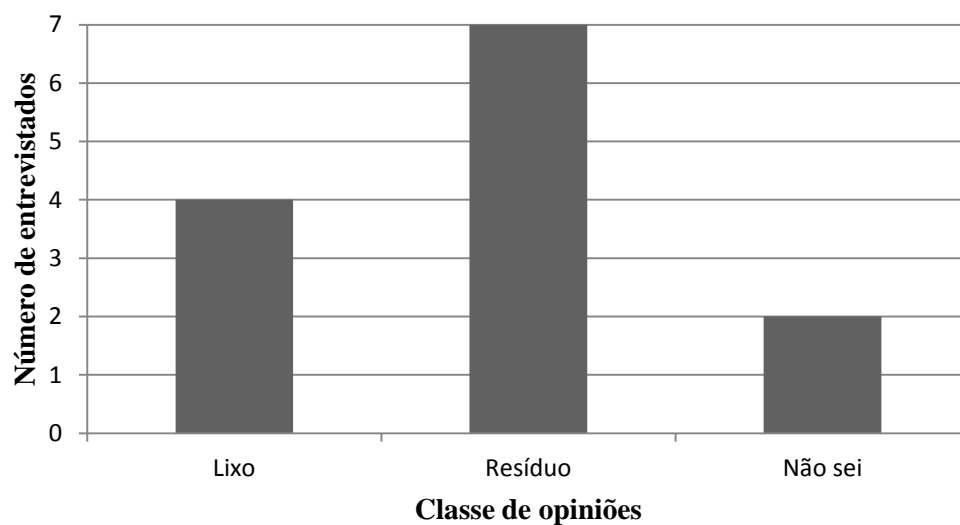
Fonte: Autoria própria (2019).

Figura 4: Presença da Educação Ambiental na matriz curricular da Escola Municipal Catu de Abrantes



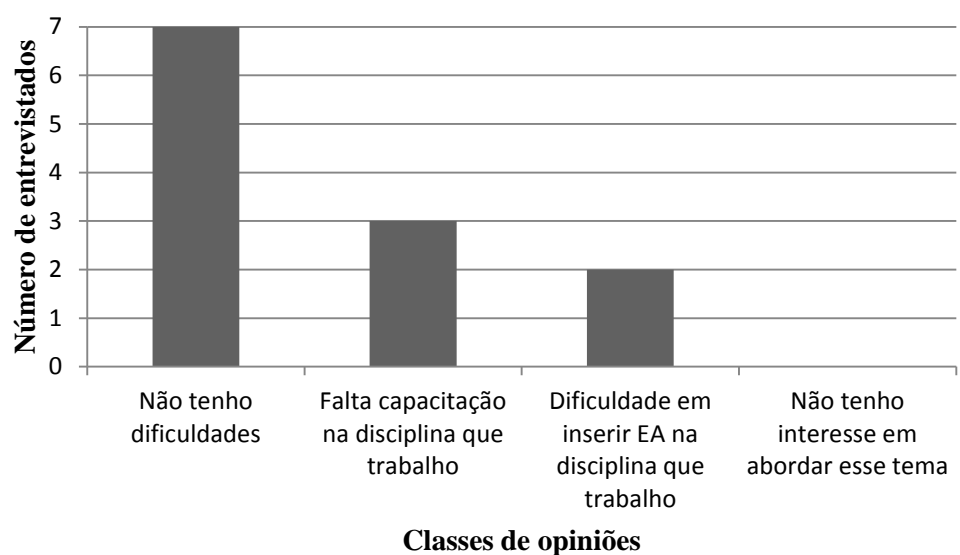
Fonte: Autoria própria (2019).

Figura 5: Entendimento dos professores da Escola Municipal Catu de Abrantes a respeito dos conceitos Lixo e Resíduo



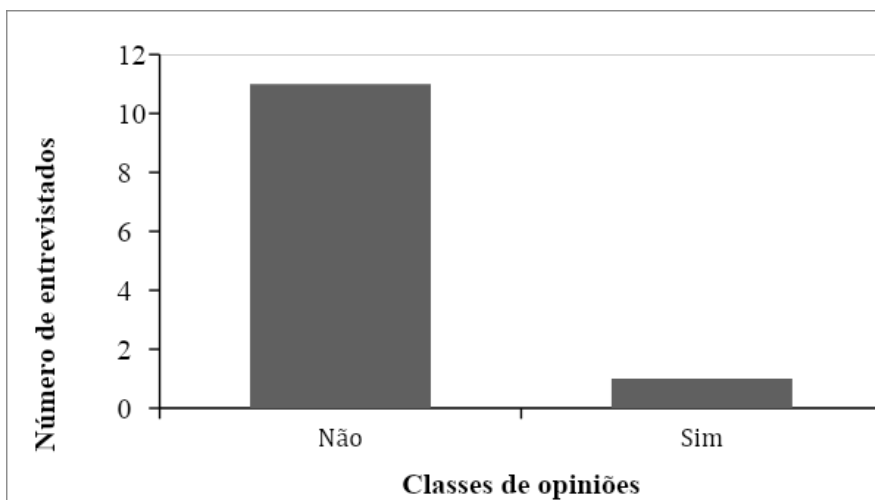
Fonte: Autoria própria (2019).

Figura 6: Dificuldades dos professores da Escola Municipal Catu de Abrantes em inserir conteúdos de Educação Ambiental em suas disciplinas



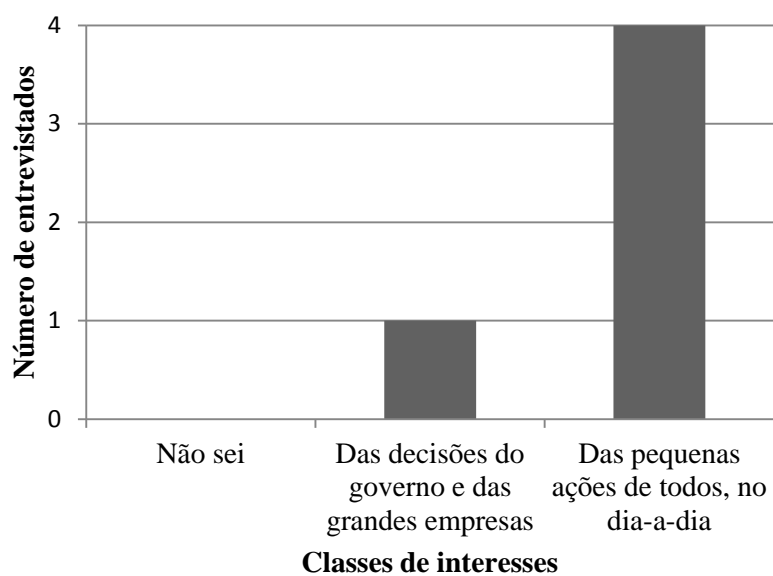
Fonte: Autoria própria (2019).

Figura 7: Abordagem a respeito do trabalho de Educação Ambiental realizado pelos professores da Escola Municipal Catu de Abrantes



Fonte: Autoria própria (2019).

Figura 8: Entendimento dos professores sobre os responsáveis para solução dos problemas ambientais



Fonte: Autoria própria (2019).

Tabela 1: Número de professores por disciplina na Escola Municipal Catu de Abrantes

Disciplinas	Nº de professores por disciplina
Português	2
Matemática	2
História	1
Geografia	1
Inglês	2
Artes	1
Ciências	2
Educação Física	1
Total	12

Fonte: Autoria própria (2019).

APÊNDICE D- Produto – PLANO DE AÇÃO

INTRODUÇÃO

Discutir questões relacionadas à Educação Ambiental nas escolas, tem se tornado uma necessidade devido a crescente preocupação quanto às soluções que se pretendem para garantir uma melhor qualidade de vida agora e para as futuras gerações.

A Lei N° 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, sugere em seu Art. 9º, que a Educação Ambiental deve estar presente e ser desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições e orienta que seja desenvolvida com uma prática educativa integrada, contínua e permanente, assim como afirma o Art. 10º da mesma lei. A orientação é para que ela não seja trabalhada como disciplina isolada o que revela seu caráter interdisciplinar.

A Educação Ambiental constitui-se como uma estratégia para efetivar as mudanças necessárias na atual educação e tem assumido nos últimos anos o grande desafio de garantir a construção de uma sociedade sustentável, em que se promovam na relação com o planeta e seus recursos, valores éticos como cooperação, solidariedade, generosidade, tolerância, dignidade e respeito à diversidade (CARVALHO, 2006).

Estas reflexões embasam a proposta gerada a partir da iniciativa do Curso de Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental de elaborar um plano de ação que resulte em ações de práticas voltadas para a sustentabilidade, a partir do resultado da dissertação. Portanto ao diagnosticar a sensibilidade dos profissionais de educação da escola municipal Catu de Abrantes na promoção de ações que proporcionem a preservação do meio ambiente, e as dificuldades que limitam essas ações, surgiu a proposta de usar o Plano Político Pedagógico da Escola para implantar um projeto permanente que se torne de fato uma ação para práticas constantes.

O objetivo principal é propor a criação de um Espaço Verde e que esse espaço seja dedicado ao desenvolvimento de atividades de caráter educacional, voltadas à temática socioambiental e cultural que possam contribuir e estimular a discussão crítica, a organização, o pacto social e o fortalecimento de identidades grupais. Busca-se também levar formação que possibilite termos cidadãos mais informados, participativos e dedicados ao processo de construção de sociedades sustentáveis (BRASIL, 2017).

PLANO DE AÇÃO

Adotar o compromisso de criar um Espaço Verde na área interna da escola, que possa ser usado para desenvolver atividades que promovam o fortalecimento da Educação Ambiental no cotidiano escolar.

Ação 1 – Implantar ações de Educação Ambiental de forma permanente no currículo da escola através do Projeto Político Pedagógico.

Equipe-Comunidade escolar

Objetivo- O objetivo é garantir que ele seja útil e possa servir para alcançar o propósito da ação.

Ação 2 - Buscar parcerias que contribuam para formação ambiental da equipe escolar.

Equipe – Professores/ Gestores

Objetivo- Formar profissionais capacitados para atuar nas mudanças de atitudes e de comportamentos nos alunos que por sua vez poderão se tornar multiplicadores da ação em suas comunidades.

Ação 3 - Elaborar projeto para implantação de horta.

Equipe – Comunidade escolar

Objetivo- Despertar a sensibilização dos envolvidos a partir da prática para adesão de atitudes que possam promover a sustentabilidade.

Ação 4- Instalar lixeiras para coleta seletiva.

Equipe – Gestores.

Objetivo- Reconhecer a relevância da Coleta Seletiva como meio de conservação e valorização do Meio Ambiente;

A promoção da Educação Ambiental nas escolas torna-se muito mais fácil a partir do momento em que a escola esteja bem projetada, nesse ponto, pode-se falar de um ramo da psicologia que está diretamente ligado a arquitetura, que estuda o impacto do ambiente sobre o comportamento humano e como um ambiente mais confortável, pode colaborar e que provocar as interações necessárias e desejadas entre os usuários (GABERLOTTI, 2011).

Assim, este instrumento traz recomendações quanto à proposta que poderá vim a se efetivar e trazer contribuições positivas para a construção de cidadãos mais comprometidos formar cidadãos responsáveis e que cuidem do espaço em que vivem. Tendo por base o exposto, que a Educação Ambiental, na escola, contribui para a mudança de pensamento, visando ações que assegurem um novo comportamento com relação ao cuidado com o meio ambiente. A proposta está fundamentada nos tratados internacionais de direitos humanos, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Declaração do Milênio e no documento final da Cúpula Mundial de 2005. Entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável traçados para a agenda 2030 especificamente destaca se as ODS 4 e 12, que visam: educação de qualidade e consumo e produção responsáveis (ONU, 2015).

ANEXO A- Parecer Comitê de Ética

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SALVADOR - UCSAL

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Práticas pedagógicas: Educação ambiental para consumo consciente de produtos geradores de resíduos.

Pesquisador: arlinda maria rodrigues do carmo

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 24147119.9.0000.5628

Instituição Proponente: ASSOCIACAO UNIVERSITARIA E CULTURAL DA BAHIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.704.443

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de Dissertação de Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental. A pesquisa será de natureza exploratória-descritiva, com uso de metodologia quali-quantitativa, que se realizará em uma Escola Municipal, em Catu de Abrantes, Camaçari-Bahia. Os participantes da pesquisa serão professores e gestores da instituição de ensino, que serão convidados a responder um questionário objetivo com dez questões sobre a temática proposta.

Objetivo da Pesquisa:

Implantar projetos de Educação Ambiental visando aprimorar a atuação dos educadores nas escolas de Ensino Fundamental nos Anos Finais, contribuindo para o fortalecimento nesses espaços de práticas sustentáveis de consumo de produtos geradores de resíduos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos destacados pela autora são mínimos, como possível desconforto durante a aplicação do questionário, que poderá ser minimizado com a interrupção do mesmo.

Como benefício, "a pesquisa traz conhecimentos relacionados aos cuidados com o meio ambiente que poderão ser inseridos nos conteúdos das diversas disciplinas enriquecendo o processo das práticas pedagógicas".

Endereço: PROFESSOR PINTO DE AGUIAR - 2589

Bairro: PITUACU

CEP: 41.740-090

UF: BA

Município: SALVADOR

Telefone: (71)3203-8913

Fax: (71)3203-8975

E-mail: cep@ucsal.br

Continuação do Parecer: 3.704.443

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto apresenta temática relevante e contempla todos os itens necessários para a avaliação ética.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Atendem às solicitações: folha de rosto, devidamente assinada e carimbada; Termo de anuência Institucional; cronograma adequado; orçamento; instrumento de coleta de dados (questionário); TCLE, em concordância com a Resolução 466/2012.

Recomendações:

Alterar, no projeto de pesquisa, o termo "sujeito de pesquisa" para "participante da pesquisa", conforme orientado na Resolução 466/2012.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto coerente com o protocolo estabelecido e com os preceitos éticos.

Considerações Finais a critério do CEP:

Em reunião do colegiado, ocorrida em 13/11/2019, fica deliberado que o projeto está aprovado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1455974.pdf	23/10/2019 16:39:30		Aceito
Folha de Rosto	Folha.pdf	23/10/2019 16:14:39	arlinda maria rodrigues do carmo	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projetodemestrado.pdf	23/10/2019 14:33:33	arlinda maria rodrigues do carmo	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.pdf	23/10/2019 14:22:10	arlinda maria rodrigues do carmo	Aceito
Outros	INSTRUMENTODEPESQUISA.pdf	23/10/2019 13:51:23	arlinda maria rodrigues do carmo	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	carta.pdf	23/10/2019 13:49:14	arlinda maria rodrigues do carmo	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: PROFESSOR PINTO DE AGUIAR - 2589

Bairro: PITUACU

CEP: 41.740-090

UF: BA

Município: SALVADOR

Telefone: (71)3203-8913

Fax: (71)3203-8975

E-mail: cep@ucsal.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SALVADOR - UCSAL

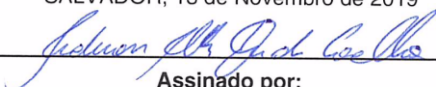


Continuação do Parecer: 3.704.443

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SALVADOR, 13 de Novembro de 2019


Assinado por:
ANDERSON ABBEHUSEN FREIRE DE CARVALHO
(Coordenador(a))

Endereço: PROFESSOR PINTO DE AGUIAR - 2589

Bairro: PITUACU

CEP: 41.740-090

UF: BA

Município: SALVADOR

Telefone: (71)3203-8913

Fax: (71)3203-8975

E-mail: cep@ucsal.br

Anexo B- Diretrizes para Autores Revista *Educação em foco*, Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

LINHA EDITORIAL

A revista *Educação em Foco* é um periódico científico quadrimestral do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), editada com o apoio do Centro de Comunicação da FaE/UEMG, que tem como finalidade socializar resultados e contribuições de pesquisas e de estudos sobre temáticas candentes do campo educacional na atualidade e em outros momentos históricos. Compreende as questões educacionais brasileiras e de outras partes do mundo como questões complexas, multifacetadas, que exigem abordagens e contributos de diversos campos de conhecimento das ciências humanas. *A Educação em Foco* convida os pesquisadores do campo educacional do Brasil e do exterior a oferecerem suas contribuições para a mais ampla divulgação de estudos na área, perspectivando contribuir para a compreensão, o debate crítico e problematizador dos problemas que afligem o campo educacional.

As propostas devem ser originais, não tendo sido publicadas em qualquer outro veículo do país. Devem também ou ainda ser classificadas em uma das seguintes modalidades:

- a) ensaios: estudos teóricos, com análises de conceitos ou problematização de ideias sobre o campo educacional;
- b) texto baseado em resultados de pesquisas empíricas ou fontes diversas;
- c) estudos bibliográficos: análise crítica e abrangente da literatura sobre determinado tema;
- d) resenhas de livros da área educacional publicados há menos de três anos;
- e) entrevistas com pesquisadores nacionais e estrangeiros que tratem de questões candentes do campo educacional e que tragam contribuição inequívoca para sua compreensão e seu debate.

Este periódico não cobra taxas para submissão, avaliação ou publicação de trabalhos.

DIRETRIZES PARA OS AUTORES

Cada autor só poderá ter um artigo em tramitação entre o início da submissão e a publicação final. Será observado um intervalo de um ano entre a publicação de textos escritos pelo mesmo autor e o início de um novo processo de submissão.

Ao realizar a submissão do trabalho devem ser informados os nomes de **todos** os autores, sendo que preferencialmente pelo menos um deve ter o título de doutor e, os demais mestres.

Ao realizar o cadastro de autores em nosso sistema, solicita-se inserir no campo "Resumo da biografia" um minicurrículo de cada autor, com até 60 palavras, incluindo obrigatoriamente a maior titulação acadêmica de cada autor, entre outras informações.

A Educação em Foco publica trabalhos com, preferencialmente, até 4 (quatro) autores.

Todos os números serão divulgados por meios digitais, estando disponíveis no endereço: <http://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/index>.

SOBRE O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DOS ARTIGOS

Os artigos recebidos serão apreciados inicialmente pelo Conselho Editorial, que realiza busca em buscadores na internet para verificação de casos de plágio e autoplágio. Os que estiverem de acordo com as normas da revista *Educação em Foco* e não contiverem nenhum trecho identificado na busca acima, serão encaminhados aos membros do Conselho Científico ou para pesquisadores de diferentes instituições de ensino e pesquisa, como pareceristas *ad hoc*, em função da competência no tema/assunto do artigo avaliado, garantindo-se o processo duplo cego.

Após o processo de avaliação, os autores serão notificados. Os artigos aprovados incondicionalmente serão diretamente enviados para publicação.

Caso o texto dependa de modificações, as alterações propostas são enviadas aos autores, que decidem se concordam em empreendê-las, de acordo com as sugestões dos pareceristas *ad hoc*, no prazo a ser definido pelo editor. As modificações introduzidas no texto deverão ser grifadas, para efeito de verificação da Comissão Editorial.

Ao enviar o artigo para a revista, o autor compromete-se a não o encaminhar para outro veículo de publicação pelo prazo de seis meses a contar da data do envio.

As propostas submetidas devem ser enviadas para o endereço <<http://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/index>>.

Aceitam-se artigos em português, espanhol, inglês e francês.

SOBRE A FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

Os artigos devem ser encaminhados em arquivo *Word for Windows*, versão 6.0 ou superior, com extensão (.doc), em fonte *Times New Roman*, tamanho 12, em folha de formato A4, com espaçamento 1,5 entre linhas, margens superior, inferior e laterais de 2 cm. Os artigos devem ter a extensão mínima de 7.000 palavras e máxima de 9.000 palavras.

No texto, não deve haver nenhuma identificação do autor e dos coautores. Esses dados, assim como vínculo institucional, formação (maior titulação) e *e-mail*, compõem os metadados, que devem ser preenchidos total e corretamente no momento do cadastro do autor para a continuidade do processo de submissão do artigo. A ordem dos autores inserida no metadados será a ordem de autoria adotada pela revista.

O resumo deve ter no mínimo 100 e no máximo 150 palavras, na mesma língua em que foi escrito o trabalho, e de três a cinco palavras-chave. Incluir também o *abstract*, acompanhado da tradução do título e das *keywords* (fonte *Times New Roman*, tamanho 12, e espaço simples).

As notas de rodapé devem ser usadas somente quando algum esclarecimento se fizer estritamente necessário. Se for o caso, o texto da nota de rodapé deverá ser sucinto, em fonte *Times New Roman* 10, alinhado à esquerda, com espaçamento simples. Elas devem ser apresentadas em algarismos arábicos, com numeração única e consecutiva ao longo de todo o artigo.

Ilustrações

As tabelas, quadros e gráficos devem ser inseridos no texto com títulos e legendas, em conformidade com as normas da ABNT. As figuras devem ter seu lugar indicado no texto e serem enviadas também em anexos separados, em formato de arquivo JPG, cor cinza, 300 dpi. Devem ser nomeadas FIG. 1, FIG. 2, sucessivamente, podendo ainda ter um título

sugestivo do seu conteúdo, e sempre com a indicação das fontes.

Citações

As citações no texto devem utilizar o sistema autor-data e seguir as normas da ABNT mais atuais.

Em citações diretas ou literais, o nome do autor, fora dos parênteses, tem apenas a inicial maiúscula; dentro dos parênteses, todas as letras em maiúsculas (AUTOR, data, página). Para citações até três linhas, usam-se aspas, sem itálico. Citações com mais de três linhas são recuadas 4 cm da margem esquerda, fonte tamanho 10, espaçamento simples, sem aspas e sem itálico.

Em citações indiretas, se o nome do autor estiver inserido no texto, usa-se apenas a inicial maiúscula, com a data entre parênteses. Caso o nome do autor venha entre parênteses, deve-se colocar todas as letras em maiúsculas e a data, sem a necessidade de se colocar a página.

Ex.: Na perspectiva de Arendt (1997), que a educação assuma seu caráter conservador é fundamental para que o mundo não se torne mortal como os mortais, para que o mundo continue e se renove a cada nova geração.

Ou: Que a educação assuma seu caráter conservador é fundamental para que o mundo não se torne mortal como os mortais, para que o mundo continue e se renove a cada nova geração (ARENDDT, 1997).

O formato de citação indireta vale também para o caso de depoimentos ou entrevistas.

Em citação de citação, emprega-se a expressão latina *apud* (junto a), ou o equivalente em português, “citado por”, para identificar a fonte secundária que foi efetivamente consultada. A referência da obra citada deve vir em nota de rodapé ou como parte da referência no final do texto. Por exemplo, no texto:

Um modelo de liderança bastante estudado e utilizado na década de 1960 foi o Grid Gerencial (BLAKE; MOUTON¹, 1972 *apud* RONCHI, 2007).

Em nota de rodapé:

¹ BLKE, R. R.; MOUTON, J. S. *A estruturação de uma empresa dinâmica através do desenvolvimento organizacional do tipo Grid*. São Paulo: Edgard Blücher, 1972.

Citações de diversos documentos de um mesmo autor e data devem se diferenciar pelo acréscimo de letras minúsculas, em ordem alfabética, após a data. Essas letras devem constar também nas referências.

Ex:

Vygotsky (1998a) ou (VYGOTSKY, 1998a, p. 55)

Vygotsky (1998b) ou (VYGOTSKY 1998b, p. 37)

SOBRE AS REFERÊNCIAS

As referências bibliográficas devem seguir as normas mais recentes da ABNT.

(NBR 6.023) e devem ser listadas no final do artigo, alinhadas somente à margem esquerda, identificando-se individualmente cada documento em espaço simples, separado um do outro por dois espaços simples.

Livros

VASQUEZ, A. S. *Filosofia da práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 3. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992.

Capítulos de livros

- Capítulo e livro com mesmo autor:

CANDAU, V. M. Cotidiano escolar e cultura(s): encontros e desencontros. In: _____. (Org.). *Reinventar a escola*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 61-78.

- Capítulo e livro com autores diferentes:

EVANGELISTA, O. A formação universitária do professor: o debate dos anos 1920 e a experiência paulista dos anos 1930. In: MORAES, M. C. M. de (Org.). *Iluminismo às avessas: produção de conhecimento e políticas de informação docente*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 21- 43.

- Autor entidade

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023 – *Informação e documentação: referências: elaboração*. Rio de Janeiro, 2002. 24p.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Conselho Pleno. *Resolução CNE/CP n. 1* de 15 de maio de 2006. Institui diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em pedagogia. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 10 jul. 2010.

- Mais de um autor (separados por ponto e vírgula)

BERGÉ, P.; POMEAU, Y.; DUBOIS-GANCE, M. *Dos ritmos ao caos*. São Paulo: Editora Unesp, 1996. 301p.

- Mais de três autores

GAUTHIER, C. *et al. Por uma teoria da pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre saber docente*. Tradução de Francisco Pereira. Ijuí: Ed Unijuí, 1998. 480p.

- Séries e coleções

MIGLIORI, R. *Paradigmas e educação*. São Paulo: Aquariana, 1993. 20p. (Visão do futuro, v. 1)

- Livro eletrônico

ROSÁRIO, A. B.; KYRILLOS NETO, F.; MOREIRA, J. DE O. (Orgs.). *Faces da violência na contemporaneidade: sociedade e clínica*. Barbacena: EdUEMG, 2011. Disponível em: <<http://intranet.uemg.br/comunicacao/arquivos/PubLocal172P20120518123259.pdf>>.

Acesso em: 2 out. 2011.

Artigo de periódico

SAVIANI, D. O espaço acadêmico da pedagogia no Brasil: perspectivas históricas. *Paideia – Cadernos de Psicologia em Educação*, São Paulo, v. 14, n. 28, p. 113-124, mai./ago. 2004.

Teses, dissertações e monografias

ALMEIDA, L. C. *Curso de pedagogia na Unicamp: marcas de formação*. 2008. 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

Trabalhos apresentados em congressos

FRANCO, M. A. S. Saberes pedagógicos e prática docente. In: ENDIPE: EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL, PROCESSOS FORMATIVOS E SABERES PEDAGÓGICOS, 13, 2006, Recife. *Anais...* Recife: Edições Bagaço, 2006. v. 1, p. 27-50.

SOBRE A POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou para terceiros.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

A contribuição é original, inédita e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em “Comentários ao editor”.

O arquivo da submissão está em formato *Microsoft Word*, versão 6.0 ou superior, com extensão (.doc”)

O texto está em espaçamento 1,5; usa-se fonte de 12 pontos; emprega-se itálico ao invés de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento, na forma de anexos.

O texto segue os padrões de estilo e os requisitos bibliográficos descritos em “Diretrizes para Autores”, na página “Sobre a Revista”.

Foi realizado o preenchimento de todos os metadados solicitados, incluindo resumo da biografia de TODOS os autores do trabalho e o link para o currículo lattes no campo URL.

No caso de ser estudante de Mestrado ou de Doutorado, dever-se-á preencher todos os dados do orientador, figurando-o como co-autor.

Inserir todos os autores do artigo, lembrando-se de que a ordem de inserção corresponderá à ordem de autoria no artigo.

A originalidade do trabalho está garantida, podendo, em caso de plágio, o (a) autor(a) responsável pela submissão responder judicialmente sob a acusação de Crime de Violação aos Direitos Autorais, segundo art. 184 – Código Penal.

Declaração de Direito Autoral

Autores que publicam nesta revista mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.

Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

ISSN: 2317-0093

Anexo C- Diretrizes para Autores Revista Educação, Escola de Humanidades da PUCRS

Como parte do processo de submissão editorial, os autores devem verificar a conformidade do texto com as diretrizes da revista.

- Os arquivos encaminhados para a submissão estão em formato aberto de texto (Word).
- O texto deverá obrigatoriamente conter título, resumos e palavras-chave nas línguas indicadas pelo periódico.
- Se houver texto escrito originalmente em língua estrangeira, deve conter resumo e palavras-chave em Português e nas línguas da interface da revista.
- O autor deverá manter atualizado o seu perfil cadastral e, para fins de submissão de novo texto, preencher de forma completa os itens de informação abaixo indicados em “**Condições para Submissão**”.
- As informações sobre os autores devem conter os seguintes dados: nome completo com a grafia correta; ORCID (ver: orcid.org); afiliação: instituição, cidade, estado e país (em nenhum caso as afiliações devem vir acompanhadas das titulações ou minicurrículos dos autores. Estes, quando presentes, devem ser publicados separadamente das afiliações como notas do autor). e-mail; endereço postal físico completo do autor correspondente, podendo ser o institucional, disposto no final do artigo; fonte de financiamento da pesquisa (se houver); potenciais conflitos de interesse (se houver).
- Opcionalmente, os autores podem indicar no final do artigo: a) agradecimentos; b) minicurrículo: formação acadêmica e profissional
- Figuras e tabelas devem ter seu lugar indicado no texto e ser enviadas em arquivo à parte, com identificação de programa e versão.
- As informações bibliográficas deverão estar corretas e de acordo com a norma adotada pelo periódico.
- A contribuição deve ser original e inédita. Também não estar sob avaliação para publicação por outra revista; não sendo o caso, justificar em “Comentários ao editor” ao submeter o texto no portal.

- A publicação de trabalhos está condicionada à aprovação por pareceristas. São levados em conta a originalidade do tratamento do tema, a consistência e o rigor da abordagem, sua contribuição para a linha temática. Os nomes dos pareceristas permanecerão em sigilo, omitindo-se também os nomes dos autores perante os pareceristas.
- O envio espontâneo de artigos e a posterior aceitação para publicação implicam, automaticamente, a cessão dos direitos da primeira publicação para a Revista. Os direitos autorais intelectuais permanecem com o autor. Eventual reprodução posterior, por qualquer meio, poderá ser feita somente mediante entendimento prévio entre a Revista e o autor e com a devida citação da fonte.
- Os conceitos emitidos nos trabalhos são de responsabilidade exclusiva dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da Comissão Editorial e do Conselho Editorial.

Processo de avaliação

A seleção dos artigos para publicação toma como referência sua contribuição à Educação dentro da linha editorial da revista. Também a originalidade do tema ou do tratamento dado ao assunto, a consistência e o rigor da abordagem teórica, bem como a qualidade do texto.

O processo de avaliação dos artigos enviados à Educação obedece ao seguinte fluxo:

- **a) Análise quanto à forma:** nesta fase, os artigos são submetidos à leitura pela equipe editorial e são avaliados quanto a sua adequação aos critérios gerais da revista. São rejeitados os artigos que 1) se configuram unicamente como revisão bibliográfica ou apresentam-se como simples recorte de uma dissertação ou tese, sem a devida adaptação; 2) correspondem à forma de projeto ou relatório de pesquisa; 3) não apresentam consistência teórica ou metodológica na pesquisa descrita; 4) são meramente descritivos e não apresentam uma análise da problemática abordada; 5) não têm a área da Educação como eixo central da discussão; 6) não cumprem as normas da Revista Educação para a submissão dos artigos (metadados, formatação, citações, referências...); 7) não apresentam resultados, formulações ou conclusões que apontem avanços para a temática

proposta; 8) não apresentam elementos empíricos ou argumentações suficientemente desenvolvidas que fundamentem as conclusões. Tais trabalhos serão devolvidos aos autores. Os trabalhos que apresentarem alguma das características mencionadas acima não serão considerados aptos para a fase seguinte.

- **b) Análise por pares quanto ao mérito:** nesta segunda fase, a editoria da Revista Educação encaminha o artigo sem a identificação do autor a, no mínimo, dois pareceristas da área temática específica do trabalho (membros do conselho editorial ou convidados ad hoc). Para a seleção dos pareceristas e das áreas temáticas são consideradas as classificações da tabela de áreas do CNPq e o conjunto de informações acessíveis na Plataforma Lattes. Os pareceristas podem aceitar plenamente o artigo, aceitá-lo solicitando reformulações ou recusá-lo. Qualquer uma das hipóteses é justificada por um parecer descritivo. Quando os dois pareceristas recusam o trabalho, o artigo é devolvido ao autor. Quando os dois pareceristas aceitam o trabalho, este passa à fase seguinte. Por fim, quando um ou os dois pareceristas solicitam reformulações, o trabalho é devolvido ao autor, quem deverá considerar os pareceres e reformular o artigo no prazo de 30 dias. Quando o autor reenvia o texto reformulado segundo as sugestões dos pareceristas, ele é reavaliado e passa à fase final.
- **c) Revisão e adequação do trabalho às normas da Revista Educação:** uma vez aceito para publicação, o trabalho é submetido a uma revisão de linguagem e a uma normalização. O trabalho é encaminhado ao autor com as sugestões de correções e adequações para que, finalmente, a editoria possa encaminhá-lo para a publicação.

A revista adota o sistema Turnitin para identificação de plágio.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. O texto segue os requisitos de formatação da revista segundo as "**Diretrizes para Autores**", encontradas na seção "**Sobre**".

Declaração de Direito Autoral

Direitos Autorais

A submissão de originais para a **Educação** implica na transferência, pelos autores, dos direitos de publicação. Os direitos autorais para os artigos publicados nesta revista são do autor, com direitos da revista sobre a primeira publicação. Os autores somente poderão utilizar os mesmos resultados em outras publicações indicando claramente a **Educação** como o meio da publicação original.

Licença Creative Commons

Exceto onde especificado diferentemente, aplicam-se à matéria publicada neste periódico os termos de uma licença **Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional**, que permite o uso irrestrito, a distribuição e a reprodução em qualquer meio desde que a publicação original seja corretamente citada.

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou à terceiros.

ISSN-L: 0101-465X | e-ISSN: 1981-2582